

## PROSPETO OIC/FUNDO

### **“EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida – Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma.”**

16 de fevereiro de 2024

A autorização do Fundo pela CMVM baseia-se em critérios de legalidade, não envolvendo por parte desta qualquer garantia quanto à suficiência, à veracidade, à objetividade ou à atualidade da informação prestada pela entidade responsável pela gestão no regulamento de gestão, nem qualquer juízo sobre a qualidade dos valores que integram o património do Fundo.

## Índice

<b>Parte I - Regulamento de Gestão</b> .....	<b>3</b>
<b>Capítulo I - Informações Gerais sobre o Fundo, a Entidade Responsável pela Gestão e Outras Entidades</b> .....	<b>3</b>
1. O Fundo .....	3
2. A entidade responsável pela gestão .....	3
3. As entidades subcontratadas.....	4
4. O depositário .....	4
5. As entidades comercializadoras .....	4
<b>Capítulo II - Política de Investimento do Património dos Subfundos / Política de Rendimentos</b> .....	<b>5</b>
1. Política de investimento dos subfundos .....	5
2. Derivados, Reportes e Empréstimos.....	11
3. Valorização dos ativos .....	12
4. Exercício dos direitos de voto .....	14
5. Taxa de encargos correntes.....	14
6. Tabela de custos atual .....	16
7. Comissões e encargos a suportar pelos subfundos .....	17
8. Política de distribuição de rendimentos .....	19
<b>Capítulo III - Unidades de Participação e Condições de Subscrição, Transferência e Reembolso</b> .....	<b>19</b>
1. Características gerais das unidades de participação .....	19
2. Valor da unidade de participação .....	19
3. Condições de subscrição e de reembolso.....	19
4. Condições de subscrição.....	19
5. Condições de reembolso .....	20
6. Suspensão das operações de subscrição e de reembolso das unidades de participação .....	21
7. Admissão à negociação.....	22
<b>Capítulo IV - Direitos e Obrigações dos participantes</b> .....	<b>22</b>
<b>Capítulo V - Condições de Liquidação dos subfundos</b> .....	<b>23</b>
<b>Parte II - Informação adicional aplicável aos OIC abertos</b> .....	<b>23</b>
<b>Capítulo I - Outras Informações sobre a Entidade Responsável pela Gestão e Outras Entidades</b> .....	<b>23</b>
1. Outras informações sobre a entidade responsável pela gestão.....	23
2. Consultores de investimento .....	24
3. Auditor dos subfundos.....	24
4. Autoridade de Supervisão dos subfundos .....	24
<b>Capítulo II - Divulgação de Informação</b> .....	<b>25</b>
1. Valor da unidade de participação .....	25
2. Consulta da carteira.....	25
3. Documentação.....	25
4. Relatório e contas dos subfundos.....	25
<b>Capítulo III - Evolução Histórica dos Resultados dos subfundos</b> .....	<b>25</b>
<b>Capítulo IV - Perfil do Investidor a que se dirigem os Subfundos</b> .....	<b>30</b>
<b>Capítulo V - Regime Fiscal</b> .....	<b>31</b>
1. Tributação na esfera dos subfundos.....	31
2. Tributação na esfera dos participantes .....	31
Anexo 1 - Fundos geridos pela entidade responsável pela gestão em 31 de dezembro de 2022.....	33
Anexo 2 - Divulgação pré-contratual para os produtos financeiros referidos no artigo 8º, nos 1, 2 e 2-A, do Regulamento (UE) 2019/2088 e no artigo 6.º, primeiro parágrafo, do Regulamento (UE) 2020/852 .....	34

## Parte I

### Regulamento de Gestão

#### Capítulo I

#### Informações Gerais sobre o Fundo, a Entidade Responsável pela Gestão e Outras Entidades

##### 1. O Fundo

- a) A denominação do Fundo é "EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida – Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma" e passa a designar-se abreviadamente neste Prospeto apenas por Fundo.
- b) A constituição do Fundo foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, adiante designada abreviadamente, por CMVM, em 23 de agosto de 2018, tendo iniciado a sua atividade a 15 de outubro do mesmo ano.
- c) O Fundo é constituído por quatro subfundos de Investimento Abertos de Poupança Reforma:
  - i. EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida -34 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma
  - ii. EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 35-44 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma
  - iii. EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 45-54 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma
  - iv. EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida +55 - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma
- d) Cada subfundo que integra o Fundo constitui um património autónomo e será adiante designado por subfundo.
- e) A data da última atualização do prospeto foi em 16 de fevereiro de 2024.
- f) O número de participantes dos subfundos em 31 de dezembro de 2023 era de:

i.	EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida -34	867
ii.	EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 35-44	1.429
iii.	EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 45-54	1.462
iv.	EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida +55	1.203

##### 2. A entidade responsável pela gestão

- a) Os subfundos são administrados pela IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Avenida da República, nº 25 – 5ªA, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o nº único de matrícula e identificação fiscal 502 151 889.
- b) A Entidade responsável pela gestão é uma Sociedade Anónima, cujo capital social, inteiramente realizado, é de 1.000.000 Euros.
- c) A Entidade responsável pela gestão constituiu-se em 14 de abril de 1989, iniciou a atividade em 1 de junho de 1989 e encontra-se registada, em julho de 1991, como intermediário financeiro na CMVM.
- d) São obrigações e funções da Entidade responsável pela gestão, além de outras que lhe sejam cometidas pela lei, as seguintes:
  - Gerir o investimento, praticando os atos e operações necessários à boa concretização da política de investimentos, em especial:
    - i. A gestão do património, incluindo a seleção, aquisição e alienação dos ativos, cumprindo as formalidades necessárias para a sua válida e regular transmissão e o exercício dos direitos relacionados com os mesmos;
    - ii. A gestão do risco associado ao investimento, incluindo a sua identificação, avaliação e acompanhamento.
  - Administrar os subfundos, em especial:
    - i. Prestar os serviços jurídicos e de contabilidade necessários à gestão dos subfundos, sem prejuízo da legislação específica aplicável a estas atividades;
    - ii. Esclarecer e analisar as questões e reclamações dos participantes;
    - iii. Avaliar a carteira e determinar o valor das unidades de participação e emitir declarações fiscais;
    - iv. Cumprir e controlar a observância das normas aplicáveis, dos documentos constitutivos dos Fundos e dos contratos celebrados no âmbito da atividade do mesmo;
    - v. Proceder ao registo dos participantes, caso aplicável;
    - vi. Emitir ou reembolsar unidades de participação;
    - vii. Registrar e conservar os documentos.

- e) A entidade gestora responde, perante os participantes, pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso dos deveres legais e regulamentares aplicáveis e das obrigações decorrentes dos documentos constitutivos dos organismos de investimento coletivo.
- f) A substituição da entidade gestora está sujeita a autorização da CMVM, desde que os interesses dos participantes e o regular funcionamento do mercado não sejam afetados.

### 3. As entidades subcontratadas

Os subfundos não recorrem a entidades subcontratadas.

### 4. O depositário

- a) A entidade depositária dos valores mobiliários dos subfundos é o Banco BIC Português, S.A., doravante EuroBic, com sede na Av. António Augusto de Aguiar, 132, em Lisboa e encontra-se registado, desde 19 de julho de 1993, na CMVM como intermediário financeiro.
- b) São obrigações e funções do depositário, além de outras previstas na lei ou neste Prospeto, as seguintes:
  - i. Cumprir a lei, os regulamentos, os documentos constitutivos dos Subfundos e o contrato celebrado com a entidade responsável pela gestão no âmbito dos Subfundos, designadamente no que se refere à aquisição, alienação, subscrição, reembolso e à extinção de unidades de participação do organismo de investimento coletivo;
  - ii. Guardar os ativos dos Subfundos, com exceção de numerário;
  - iii. Receber em depósito ou inscrever em registo os ativos dos Subfundos;
  - iv. Executar as instruções da entidade responsável pela gestão, salvo se forem contrárias à lei, aos regulamentos ou aos documentos constitutivos;
  - v. Assegurar que nas operações relativas aos ativos que integram os Subfundos, a contrapartida seja entregue nos prazos conformes à prática do mercado;
  - vi. Promover o pagamento aos participantes do valor do reembolso ou produto da liquidação;
  - vii. Elaborar e manter atualizada a relação cronológica de todas as operações realizadas por conta dos Subfundos;
  - viii. Elaborar mensalmente o inventário discriminado dos ativos e dos passivos dos Subfundos;
  - ix. Fiscalizar e garantir perante os participantes o cumprimento da legislação aplicável e dos documentos constitutivos dos subfundos, designadamente em relação à política de investimentos incluindo a aplicação dos rendimentos, à política de distribuição dos rendimentos dos Subfundos, ao cálculo do valor, à emissão, ao reembolso e extinção do registo das unidades de participação bem como à matéria de conflito de interesses;
  - x. Enviar anualmente à CMVM um relatório sobre a fiscalização desenvolvida, nos termos a definir em regulamento da CMVM e informar imediatamente a CMVM de incumprimentos detetados que possam prejudicar os participantes;
  - xi. Informar imediatamente a entidade responsável pela gestão da alteração dos membros do órgão de administração;
  - xii. Deve ainda assegurar o acompanhamento adequado dos fluxos de caixa dos subfundos, nos termos definidos na lei.
- c) A substituição do depositário está sujeita a autorização da CMVM. As funções da anterior entidade depositária apenas cessarão quando a nova entidade depositária assumir funções, devendo aquela entidade notificar imediatamente a CMVM sobre a referida alteração.
- d) O EuroBic é a entidade registadora das unidades de participação dos subfundos.

### 5. As entidades comercializadoras

- a) A entidade responsável pela comercialização das unidades de participação dos subfundos junto dos Investidores é o EuroBic.
- b) Os subfundos são comercializados nos seguintes locais e meios:
  - 1.1.1. Agências, gabinetes de empresas e private banking do EuroBic

## Capítulo II

### Política de Investimento do Património dos Subfundos / Política de Rendimentos

#### 1. Política de investimento dos subfundos

##### 1.1. Política de investimentos

#### **EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida -34**

- a) O subfundo investirá essencialmente em obrigações de dívida pública e privada, de taxa de juro fixa e taxa de juro indexada, emitidas por entidades cuja qualidade creditícia apresente, no momento da sua aquisição pelo subfundo, notações de rating equivalente aos escalões superiores (“investment grade”) das agências de rating ou, não tendo notação atribuída, possua risco de crédito equivalente na ótica da entidade responsável pela gestão. O subfundo poderá investir igualmente através de participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações.
- b) O subfundo poderá investir no máximo 55% do seu património em ações, obrigações convertíveis ou que confirmam direito à subscrição de ações, ou ainda por quaisquer outros instrumentos que confirmam direito à sua subscrição, ou que permitam uma exposição aos mercados acionistas, designadamente warrants e participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por ações.
- c) Os fundos nos quais este subfundo investe têm um nível máximo de comissão de gestão de 2,25%.
- d) Para efeitos de gestão de liquidez, e até ao limite de 20% o subfundo pode investir em instrumentos representativos de dívida de curto prazo, depósitos bancários e outros instrumentos monetários.
- e) O subfundo pode recorrer à utilização de técnicas e instrumentos financeiros derivados, quer para fins de cobertura de risco quer para a prossecução de outros objetivos de adequada gestão do património do subfundo, dentro dos limites legalmente estabelecidos.
- f) O subfundo poderá estar exposto ao risco cambial até ao limite máximo de 45% do valor líquido global do fundo.
- g) O subfundo não poderá investir em unidades de participação de fundos de investimento imobiliário.
- h) A estratégia de investimento do FUNDO segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência. A entidade responsável pela gestão escolherá, de entre os instrumentos financeiros, aqueles que em cada momento entender que melhor potenciam a rentabilidade do FUNDO, em cada classe de ativos em que investe os seus capitais, privilegiando entidades que adotam as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente, no universo de investimento. O Fundo não segue uma alocação regional ou setorial fixa, procurando a combinação de exposição que em cada momento se revele mais apelativa face à informação relevante das empresas que constituem o seu universo de investimento e ao enquadramento de mercado.

#### **EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 35-44**

- a) O subfundo investirá essencialmente em obrigações de dívida pública e privada, de taxa de juro fixa e taxa de juro indexada, emitidas por entidades cuja qualidade creditícia apresente, no momento da sua aquisição pelo subfundo, notações de rating equivalente aos escalões superiores (“investment grade”) das agências de rating ou, não tendo notação atribuída, possua risco de crédito equivalente na ótica da entidade responsável pela gestão. O subfundo poderá investir igualmente através de participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações.

- b) O subfundo poderá investir no máximo 45% do seu património em ações, obrigações convertíveis ou que confirmam direito à subscrição de ações, ou ainda por quaisquer outros instrumentos que confirmam direito à sua subscrição, ou que permitam uma exposição aos mercados acionistas, designadamente warrants e participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por ações.
- c) Os fundos nos quais este subfundo investe têm um nível máximo de comissão de gestão de 2,25%.
- d) Para efeitos de gestão de liquidez, e até ao limite de 20% o subfundo pode investir em instrumentos representativos de dívida de curto prazo, depósitos bancários e outros instrumentos monetários.
- e) O subfundo pode recorrer à utilização de técnicas e instrumentos financeiros derivados, quer para fins de cobertura de risco quer para a prossecução de outros objetivos de adequada gestão do património do Fundo, dentro dos limites legalmente estabelecidos.
- f) O subfundo poderá estar exposto ao risco cambial até ao limite máximo de 35% do valor líquido global do fundo.
- g) O subfundo não poderá investir em unidades de participação de fundos de investimento imobiliário.
- h) A estratégia de investimento do FUNDO segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência. A entidade responsável pela gestão escolherá, de entre os instrumentos financeiros, aqueles que em cada momento entender que melhor potenciam a rentabilidade do FUNDO, em cada classe de ativos em que investe os seus capitais, privilegiando entidades que adotam as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente, no universo de investimento. O Fundo não segue uma alocação regional ou setorial fixa, procurando a combinação de exposição que em cada momento se revele mais apelativa face à informação relevante das empresas que constituem o seu universo de investimento e ao enquadramento de mercado.

#### **EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 45-54**

- a) O subfundo investirá essencialmente em obrigações de dívida pública e privada, de taxa de juro fixa e taxa de juro indexada, emitidas por entidades cuja qualidade creditícia presente, no momento da sua aquisição pelo subfundo, notações de rating equivalente aos escalões superiores (“investment grade”) das agências de rating ou, não tendo notação atribuída, possua risco de crédito equivalente na ótica da entidade responsável pela gestão. O subfundo poderá investir igualmente através de participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações.
- b) O subfundo poderá investir no máximo 35% do seu património em ações, obrigações convertíveis ou que confirmam direito à subscrição de ações, ou ainda por quaisquer outros instrumentos que confirmam direito à sua subscrição, ou que permitam uma exposição aos mercados acionistas, designadamente warrants e participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por ações.
- c) Os fundos nos quais este subfundo investe têm um nível máximo de comissão de gestão de 2,25%.
- d) Para efeitos de gestão de liquidez, e até ao limite de 20% o subfundo pode investir em instrumentos representativos de dívida de curto prazo, depósitos bancários e outros instrumentos monetários.
- e) O subfundo pode recorrer à utilização de técnicas e instrumentos financeiros derivados, quer para fins de cobertura de risco quer para a prossecução de outros objetivos de adequada gestão do património do Fundo, dentro dos limites legalmente estabelecidos.
- f) O subfundo poderá estar exposto ao risco cambial até ao limite máximo de 25% do valor líquido global do fundo.
- g) O subfundo não poderá investir em unidades de participação de fundos de investimento imobiliário.

- h) A estratégia de investimento do FUNDO segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência. A entidade responsável pela gestão escolherá, de entre os instrumentos financeiros, aqueles que em cada momento entender que melhor potenciam a rentabilidade do FUNDO, em cada classe de ativos em que investe os seus capitais, privilegiando entidades que adotam as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente, no universo de investimento. O Fundo não segue uma alocação regional ou setorial fixa, procurando a combinação de exposição que em cada momento se revele mais apelativa face à informação relevante das empresas que constituem o seu universo de investimento e ao enquadramento de mercado.

### **EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida PPR +55**

- a) O subfundo investirá essencialmente em obrigações de dívida pública e privada, de taxa de juro fixa e taxa de juro indexada, emitidas por entidades cuja qualidade creditícia apresente, no momento da sua aquisição pelo subfundo, notações de rating equivalente aos escalões superiores (“investment grade”) das agências de rating ou, não tendo notação atribuída, possua risco de crédito equivalente na ótica da entidade responsável pela gestão. O subfundo poderá investir igualmente através de participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações.
- b) O subfundo poderá investir no máximo 15% do seu património em ações, obrigações convertíveis ou que confirmam direito à subscrição de ações, ou ainda por quaisquer outros instrumentos que confirmam direito à sua subscrição, ou que permitam uma exposição aos mercados acionistas, designadamente warrants e participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por ações.
- c) Os fundos nos quais este subfundo investe têm um nível máximo de comissão de gestão de 2,25%.
- d) Para efeitos de gestão de liquidez, e até ao limite de 20% o subfundo pode investir em instrumentos representativos de dívida de curto prazo, depósitos bancários e outros instrumentos monetários.
- e) O subfundo pode recorrer à utilização de técnicas e instrumentos financeiros derivados, quer para fins de cobertura de risco quer para a prossecução de outros objetivos de adequada gestão do património do Fundo, dentro dos limites legalmente estabelecidos.
- f) O subfundo poderá estar exposto ao risco cambial até ao limite máximo de 15% do valor líquido global do fundo.
- g) O subfundo não poderá investir em unidades de participação de fundos de investimento imobiliário.
- h) A estratégia de investimento do FUNDO segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência. A entidade responsável pela gestão escolherá, de entre os instrumentos financeiros, aqueles que em cada momento entender que melhor potenciam a rentabilidade do FUNDO, em cada classe de ativos em que investe os seus capitais, privilegiando entidades que adotam as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente, no universo de investimento. O Fundo não segue uma alocação regional ou setorial fixa, procurando a combinação de exposição que em cada momento se revele mais apelativa face à informação relevante das empresas que constituem o seu universo de investimento e ao enquadramento de mercado.

#### **1.2. Mercados**

Os subfundos ao adotarem uma política de investimento global, investem em mercados regulamentados e respetivas plataformas de negociação, de Estados membros da União Europeia ou de outros Estados membros da OCDE qualificados como elegíveis pela CMVM e incluídos na lista de mercados elegíveis divulgada no sistema de difusão de informação da CMVM.

Poderão ainda investir em mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente (p.e. Cedel e EuroClear).



### 1.3. Benchmark (parâmetro de referência)

Os subfundos não se encontram referenciados a um índice do mercado monetário ou de capitais.

### 1.4. Política de execução de operações e de transmissão de ordens

- a) Na execução de operações sobre instrumentos financeiros por conta dos Subfundos, a entidade responsável pela gestão procurará obter a melhor execução possível, adotando todas as medidas razoáveis para aferir da mesma considerando o preço do instrumento financeiro, os custos de transação, os prazos e a probabilidade de execução e de liquidação ou qualquer outro fator relevante.
- b) Na determinação da importância relativa ou hierarquização dos fatores relevantes, a entidade responsável pela gestão terá em consideração os seguintes critérios: objetivos e características da operação, política de investimento e nível de risco dos subfundos, características dos instrumentos financeiros objeto da operação e características dos locais de execução da operação.
- c) A entidade responsável pela gestão, quando transmite as ordens a um intermediário financeiro, pondera os fatores e critérios acima definidos bem como a natureza do instrumento financeiro em causa, tendo como objetivo obter a melhor execução possível para os subfundos.
- d) A política de execução de operações e de transmissão de ordens estará disponível para qualquer participante que a solicite.

### 1.5. Limites ao investimento e endividamento

O património de cada subfundo de poupança poderá ser constituído por valores mobiliários, participações em instituições de investimento coletivo, instrumentos representativos de dívida a curto prazo, depósitos bancários ou outros ativos de natureza monetária referidos no Anexo V , secção I do Regime Geral de Ativos, aprovado pelo Decreto-lei nº 27/2023, de 28 de abril e que cumpram os limites previstos no Anexo VI, nomeadamente:

- a) Os subfundos não podem investir mais de 20% do seu valor líquido global em unidades de participação de um único organismo de investimento coletivo;
- b) Não podem fazer parte dos subfundos mais de 10% das ações sem direito de voto, das obrigações ou dos instrumentos do mercado monetário de um mesmo emitente;
- c) Não podem fazer parte dos subfundos mais de 25% das unidades de participação de um mesmo organismo de investimento coletivo em valores mobiliários ou organismo de investimento alternativo em valores mobiliários;
- d) Os subfundos não poderão investir mais de:
  - i. 10% do seu valor líquido global em valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário emitidos por uma mesma entidade, sem prejuízo do disposto nas alíneas seguintes;
  - ii. 20% do seu valor líquido global em depósitos constituídos pela mesma entidade.
- e) O conjunto dos valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário que, por emitente, representem mais de 5% do valor líquido global dos subfundos, não pode ultrapassar 40% deste valor;
- f) O limite referido no número anterior não é aplicável a depósitos e a transações sobre instrumentos financeiros derivados realizados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral quando a contraparte for uma instituição sujeita a supervisão prudencial;
- g) O limite referido em d), subalínea i., é elevado para 35% no caso de valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário emitidos ou garantidos por um Estado membro da União Europeia, pelas suas autoridades locais ou regionais, por um terceiro Estado ou por instituições internacionais de carácter público a que pertençam um ou mais Estados membros da União Europeia;
- h) Os limites referidos em d), subalínea i., e e) são, respetivamente, elevados para 25% e 80% no caso de obrigações, garantidas por ativos que, durante todo o seu período de validade, possam cobrir direitos relacionados com as mesmas e que, no caso de falência do emitente, sejam utilizados prioritariamente para reembolsar o capital e pagar os juros vencidos , nomeadamente obrigações hipotecárias, emitidas por uma instituição de crédito com sede num Estado membro.
- i) Sem prejuízo do disposto em g) e h), os subfundos não podem acumular um valor superior a 20% do seu valor líquido global em valores mobiliários, instrumentos do mercado monetário, depósitos



- e exposição a instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e sistema de negociação multilateral junto da mesma entidade;
- j) Os valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário referidos em g) e h) não são considerados para aplicação do limite de 40% estabelecido em e);
  - k) Os limites previstos nos números anteriores não podem ser acumulados e, por conseguinte, os investimentos em valores mobiliários ou instrumentos de mercado monetário emitidos pela mesma entidade, ou em depósitos ou instrumentos derivados constituídos junto desta mesma entidade nos termos das alíneas d). a h), não podem exceder, na sua totalidade, 35% dos ativos do subfundo;
  - l) Os subfundos podem investir até 10% do seu valor líquido global em valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário diferentes dos referidos no nºs 1 a 3 e 9 a 11 da secção 1 do anexo V do Regime da Gestão de Ativos;
  - m) Sem prejuízo do disposto na alínea e) supra, os subfundos podem investir até 20% do seu valor líquido global em instrumentos do mercado monetário emitidos por entidades que se encontrem em relação de grupo;
  - n) A entidade responsável pela gestão poderá contrair empréstimos por conta do subfundo, inclusive junto do depositário, até ao limite de 10% do valor líquido global do subfundo, desde que não ultrapasse os 120 dias, seguidos ou interpolados, num período de um ano.

#### 1.6. Características especiais dos subfundos

- a) O objetivo de investimento de cada subfundo é o de alcançar, ao longo do ciclo de vida, numa perspectiva de longo prazo, a valorização do capital com vista ao pagamento de pensões, visando a maximização do bem-estar futuro dos participantes.
- b) Tratam-se de fundos que investem em obrigações e em ações pelo que não oferecem uma remuneração fixa ou garantida, estando o investidor exposto aos diversos riscos abaixo mencionados, que poderão implicar um risco de perda de capital, isto é, pode não recuperar a totalidade do seu investimento:
  - i. **Risco de Crédito:** Os subfundos encontram-se expostos ao risco de crédito decorrente da sensibilidade do preço dos ativos a oscilações na probabilidade do emitente de um título não conseguir cumprir atempadamente as suas obrigações para efetuar pagamentos de juros e capital;
  - ii. **Risco de Taxa de Juro:** Os subfundos encontram-se expostos ao risco de taxa de juro resultante da alteração do preço das obrigações de taxa fixa devido a flutuações nas taxas de juro de mercado;
  - iii. **Risco de Mercado:** Os subfundos encontram-se expostos ao risco de mercado decorrente de variações no valor das ações em função das cotações que se estabelecem em cada momento nos mercados em que são negociadas;
  - iv. **Risco Cambial:** Os subfundos podem investir em instrumentos financeiros denominados em divisas diferentes do euro ficando, nessa medida, exposto ao risco associado à perda de valor desses investimentos, por efeito da depreciação cambial na moeda de denominação do instrumento financeiro face ao euro;
  - v. **Risco de Liquidez:** Os subfundos poderão ter dificuldade em valorizar ou satisfazer pedidos de reembolso elevados, caso alguns dos seus investimentos se tornem ilíquidos ou não permitam a venda a preços justos;
  - vi. **Risco de Contraparte:** Os subfundos encontram-se exposto ao risco de contraparte, emergente da possibilidade da contraparte de uma transação não honrar as suas responsabilidades de entrega dos instrumentos financeiros ou valores monetários na data de liquidação, obrigando a concluir a transação a um preço diferente do convencionado;
  - vii. **Risco Operacional:** Os subfundos estão expostos ao risco de perdas que resultem, nomeadamente, de erro humano ou falhas no sistema ou valorização incorreta dos títulos subjacentes;
  - viii. **Impacto de técnicas e instrumentos de gestão:** Os subfundos preveem a utilização de instrumentos financeiros derivados, que pode conduzir a uma ampliação dos ganhos ou das perdas resultante do efeito de alavancagem dos investimentos.
  - ix. **Risco em matéria de sustentabilidade:** O FUNDO poderá estar exposto a riscos em matéria de sustentabilidade, sendo estes definidos como um acontecimento ou condição de natureza

ambiental, social ou de governação, cuja ocorrência é suscetível de provocar um impacto negativo efetivo ou potencial no valor do investimento.

### 1.7. Informação em matéria de sustentabilidade

Nos últimos anos a Entidade Gestora tem procurado pautar a sua atuação com princípios de elevada responsabilidade social, ambiental e económica, privilegiando práticas que promovam a racionalização de recursos e o desenvolvimento sustentável, na sua atividade diária e no processo de investimento dos Fundos sob a sua gestão.

Conscientes de que este é um caminho que não se faz sozinho, a Entidade Gestora comprometeu-se em respeitar e apoiar os 10 Princípios do Global Compact das Nações Unidas, procurando, através da participação e partilha de experiências, alinhar a sua atuação com as melhores práticas internacionais em matéria de direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e combate à corrupção.

Neste sentido, a Entidade Gestora passou igualmente a incorporar nos processos de tomada de decisão de investimento dos Fundos, critérios ambientais, sociais e de governo - fatores ESG (acrónimo na designação em inglês) conjuntamente com os tradicionais fatores financeiros, reforçando o seu empenho na promoção de um desenvolvimento sustentável.

A integração dos fatores ESG na tomada de decisões de investimento é um processo contínuo e progressivo, que assenta atualmente nas seguintes componentes:

- Exclusão (*negative screening*) de setores controversos ou empresas que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos, nomeadamente Jogo, Armas Controversas, Tabaco e Carvão Térmico;
- Definição de limites e critérios de elegibilidade para os investimentos em função da classificação de risco ESG dos emitentes ou emissões, com recurso a fornecedores externos de Rating Risk ESG;
- Análise de controvérsias que identificam as empresas envolvidas em incidentes ESG que possam ter um impacto negativo nos *stakeholders* e nas operações da própria empresa. Estabelecimento de limites com base em análises externas.
- No processo de seleção de fundos, é verificada a adoção e implementação dos critérios ESG e a integração dos riscos de sustentabilidade, nas políticas de investimento dos fundos e na governação das entidades gestoras.

A IMGA assumiu também o compromisso de contribuir para alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 e pretende a curto prazo melhorar a transparência e comunicação destes temas, com a integração de mais indicadores de desempenho económico, social e ambiental, a divulgação das ações realizadas e a avaliação dos impactos gerados.

#### a) Integração dos riscos em matéria de sustentabilidade

Os subfundos, em conformidade com a Política de Sustentabilidade da Entidade Gestora privilegiam os emitentes que adotem as melhores práticas de Governo, Direitos Humanos e Ambiente, dispondo de ferramentas e procedimentos para a integração dos riscos de sustentabilidade no seu processo de investimento.

Os fatores de risco ESG são integrados no processo de tomada de decisão de investimento, através de métricas de Rating ESG, que identificam e monitorizam este tipo de riscos.

#### b) Promoção de características ambientais ou sociais

Os subfundos adotam o compromisso de reforçar a promoção das características ambientais e sociais através do incremento do seu nível de investimento em emitente ou emissões que detenham uma classificação de Rating ESG mínima, com o objetivo global de uma melhoria do nível do rating ESG dos subfundos.

Os critérios ESG no processo de tomada de decisão de investimento, são incorporados conjuntamente com os tradicionais critérios financeiros.

Neste âmbito os subfundos procuram a promoção de características ambientais e sociais na aceção do artigo 8º do Regulamento 2019/2088 da União Europeia, relativo à divulgação de informação relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros.

Quanto à utilização dos critérios aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental para determinar a sustentabilidade ambiental dos investimentos realizados pelos subfundos, nos termos do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de junho de 2020 (Regulamento da Taxonomia), e uma vez que ainda não existem dados específicos suficientes sobre os emissores que permitam calcular o adequado grau de alinhamento dos investimentos aos critérios estabelecidos, os subfundos não utilizam ainda os critérios técnicos de avaliação estipulados pelo referido regulamento. No entanto, e na prossecução da promoção de características ambientais e sociais implícitas na política de investimento dos subfundos, a Sociedade Gestora recorre a fontes externas de avaliação ESG, para definir limites e critérios de elegibilidade para os investimentos em função do risco ESG dos emitentes e das emissões.

### **c) Avaliação dos potenciais impactos adversos em matéria de sustentabilidade**

A entidade gestora analisa e avalia os potenciais impactos adversos no processo de tomada de decisão de investimento através da incorporação dos fatores de risco ESG, e na análise e acompanhamento contínuo dos emitentes ou emissões que constituem as carteiras dos subfundos.

O processo de análise e medição dos potenciais impactos é um processo evolutivo, dependente da disponibilidade de informação de terceiros, pelo que a Entidade Gestora desenvolverá os melhores esforços para a sua adequada integração e avaliação.

## **2. Derivados, Reportes e Empréstimos**

- a) Cada subfundo pode recorrer, de acordo com a sua política de investimentos, à utilização de técnicas e instrumentos financeiros derivados, dentro das condições e limites definidos na lei e regulamentos da CMVM, bem como na política de investimentos.
- b) Os subfundos recorrem à abordagem baseada nos compromissos para o cálculo da exposição global.
- c) A exposição global de cada subfundo em instrumentos financeiros derivados não pode exceder o seu valor líquido global.
- d) Esta metodologia de cálculo corresponde ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:
  - i. Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;
  - ii. Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e
  - iii. Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.
- e) São elegíveis como instrumentos financeiros derivados aqueles que se encontrem admitidos à cotação ou negociados num mercado regulamentado, com funcionamento regular reconhecido e aberto ao público de Estados membros da União Europeia ou nos seguintes mercados em Estados fora EU, sem prejuízo de outros autorizados por lei ou pela CMVM:
  - i. América: Chicago Mercantile Exchange, Chicago Board of Trade, NY Mercantile Exchange, Chicago Board Options Exchange, NYSE Liffe US, NYSE Arca, NYSE Amex, NYSE Alternext US, ICE Futures, International Securities Exchange, Nasdaq OMX, Montreal Exchange, Mercado Mexicano de Derivados, Bolsa de Mercadorias e Futuros e Bolsa de Valores de S. Paulo;
  - ii. Ásia- Pacífico: Australia Stock Exchange, Tokyo Stock Exchange, Tokyo Financial Exchange, Osaka Securities Exchange, HK Futures Exchange, Singapore Exchange, Singapore Mercantile

- iii. Europa e Africa: Russian Trading System, Turkish Derivatives Exchange, South Africa Futures Exchange e JSE Yield-X.
- f) Poderão ainda ser utilizados instrumentos financeiros derivados transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral, desde que:
  - i. os ativos subjacentes estejam previstos no Decreto-Lei 27/2023 de 28 de abril como ativos de elevada liquidez ou sejam índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais os subfundos possam efetuar as suas aplicações nos termos dos documentos constitutivos;
  - ii. as contrapartes nas transações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial; e
  - iii. os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa dos subfundos.
- g) A exposição de cada subfundo ao risco de contraparte numa transação de instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral não pode ser superior a:
  - i. 10% do seu valor líquido global quando a contraparte for uma instituição de crédito com sede num Estado membro da União Europeia ou num Estado terceiro, desde que, neste caso, sujeita a normas prudenciais que a CMVM considere equivalentes às que constam na legislação comunitária;
  - ii. 5% do seu valor líquido global, nos restantes casos.
- h) A entidade responsável pela gestão não pretende, por conta dos subfundos, realizar quaisquer operações de empréstimo e reporte de títulos.
- i) Não se prevê a utilização de Swaps de Retorno Total.
- j) Caso não seja possível aos subfundos efetuar a avaliação do risco através da abordagem baseada nos compromissos, pode a entidade responsável pela gestão adotar uma abordagem diferente daquela, nomeadamente, a abordagem baseada no VaR.

### 3. Valorização dos ativos

#### a) Momento de referência da valorização

- i. O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global de cada subfundo pelo número correspondente de unidades de participação em circulação. O valor líquido global de cada subfundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.
- ii. O valor das unidades de participação será calculado às 17:00 horas de Portugal Continental, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- iii. Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos Valores Mobiliários.

#### b) Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP

- i. Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados transacionadas para os subfundos e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e reembolsos recebidas em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- ii. A valorização dos valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, tomar-se-á em conta a última cotação de

- fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- iii. Caso os instrumentos financeiros se encontrem negociados em mais do que um mercado, o valor a considerar na sua avaliação reflete o preço praticado no mercado onde os mesmos são normalmente transacionados pela entidade responsável pela gestão.
  - iv. Caso os preços praticados em mercado regulamentado não sejam considerados representativos, são aplicados os preços resultantes da aplicação de critérios referidos na alínea vi) mediante autorização da CMVM no que respeita a instrumentos financeiros não representativos de dívida.
  - v. Tratando-se de instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade responsável pela gestão considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado, desde que:
    - Os instrumentos do mercado monetário possuam um perfil de risco, incluindo riscos de crédito e de taxa de juro, reduzido;
    - A detenção dos instrumentos do mercado monetário até à maturidade seja provável ou, caso esta situação não se verifique, seja possível em qualquer momento que os mesmos sejam vendidos e liquidados pelo seu justo valor;
    - Se assegure que a discrepância entre o valor resultante do método do custo amortizado e o valor de mercado não é superior a 0,5%.
  - vi. Os valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados negociados em mercado regulamentado que não sejam transacionados nos 15 dias que antecedem a respetiva avaliação são equiparados a instrumentos financeiros não negociados em mercado regulamentado para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
  - vii. A valorização de valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados não negociados em mercados regulamentados será feita considerando toda a informação relevante sobre o emitente, as condições de mercado vigentes no momento de referência da avaliação e tendo em conta o justo valor desses instrumentos. Para esse efeito, a entidade responsável pela gestão adota os seguintes critérios:
    - o valor médio das ofertas de compra e venda firmes; ou
    - na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, nomeadamente tendo em vista a transação do respetivo instrumento financeiro; ou,
    - caso não se verifiquem as condições referidas na sub-alínea anterior, o valor médio das ofertas de compra difundidas através de entidades especializadas; ou
    - na impossibilidade de aplicação qualquer das sub-alíneas anteriores, , modelos teóricos de avaliação, que a entidade responsável pela gestão considere mais apropriados atendendo às características dos instrumentos financeiros, independentes, utilizados e reconhecidos nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
  - viii. Apenas serão elegíveis para efeitos do número anterior:
    - As ofertas de compra firmes de entidades que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos previstos nos artigos 20º e 21º do Código dos Valores Mobiliários, com a entidade responsável pela gestão;
    - As médias que não incluam valores resultantes de ofertas das entidades referidas na sub-alínea anterior e cuja composição e critérios de ponderação sejam conhecidos.
  - ix. Em derrogação do disposto na alínea ii), as unidades de participação de organismos de investimento coletivo são avaliadas ao último valor divulgado ao mercado pela respetiva entidade responsável pela gestão desde que a data de divulgação do mesmo não diste mais de 3 meses da data de referência;
  - x. Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação nos termos do disposto na alínea v) supra.

#### 4. Exercício dos direitos de voto

- a) Por política, a entidade responsável pela gestão participará nas assembleias gerais das sociedades, com sede em Portugal ou sedeadas no estrangeiro, nas quais detenha, considerando o conjunto dos fundos sob gestão, uma participação qualificada. Nas restantes situações, a participação dependerá da relevância dos pontos da agenda e da avaliação dos atos em que é chamada a participar.
- b) O sentido do direito de voto será aquele que, nas circunstâncias concretas e com a informação disponível, melhor defenda o interesse dos participantes.
- c) Não obstante, a entidade responsável pela gestão assume como regra que não exercerá os seus direitos de voto nem no sentido de apoiar a inclusão ou manutenção de cláusulas estatutárias de intransmissibilidade ou limitativas do direito de voto nem com o objetivo principal de reforçar a influência societária por parte de entidade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo.
- d) A assunção de posição diversa da regra será devidamente fundamentada em ata do Conselho de Administração da entidade responsável pela gestão.
- e) Relativamente à forma de exercício dos direitos de voto, a entidade responsável pela gestão optará em regra pelo seu exercício direto, fazendo-se representar por administrador ou por colaborador devidamente credenciado para o efeito, sendo, todavia, igualmente possível, o seu exercício indireto, através de terceiro que venha a constituir como seu representante, o qual, podendo representar outras entidades, não pode contudo representar entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão. Em caso de exercício através de representante, este estará vinculado a votar de acordo com as instruções escritas emitidas pela administração da entidade responsável pela gestão.
- f) No caso de existência de subcontratação de funções relacionadas com a gestão dos organismos de investimento coletivo, o exercício dos direitos de voto será efetuado nos termos dos números anteriores.

#### 5. Taxa de encargos correntes

##### EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida -34

Custos Imputados ao FUNDO em 2022	Valor (Eur)	%VLGF (1)
Comissão de Gestão*	23.214	1,51%
Comissão de Depósito*	2.401	0,16%
Taxa de Supervisão	1.200	0,08%
Custos de Auditoria	2.460	0,16%
Encargos outros OIC	5.618	0,36%
Outros encargos correntes	833	0,05%
<b>Total</b>	<b>35.726</b>	
<b>Taxa de Encargos Correntes</b>		<b>2,32%</b>

(1) Média Relativa ao período de referência

\* O valor inclui o imposto de selo à taxa em vigor no período em referência.

O relatório anual do organismo de investimento coletivo relativo a cada exercício incluirá informações detalhadas sobre os encargos exatos cobrados. O valor poderá variar de ano para ano. Este valor inclui o imposto de selo sobre as comissões de gestão e depósito à taxa em vigor no período em referência e exclui, nomeadamente:

- Comissão de gestão variável;
- Custos de transação, exceto no caso de encargos de subscrição/resgate cobrados ao FUNDO aquando da subscrição/resgate de unidades de participação de outro fundo.

##### EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 35-44

Custos Imputados ao FUNDO em 2022	Valor (Eur)	%VLGF (1)
-----------------------------------	-------------	-----------

<b>Comissão de Gestão*</b>	30.076	1,30%
<b>Comissão de Depósito*</b>	3.609	0,16%
<b>Taxa de Supervisão</b>	1.200	0,05%
<b>Custos de Auditoria</b>	2.460	0,11%
<b>Encargos outros OIC</b>	8.588	0,37%
<b>Outros encargos correntes</b>	836	0,04%
<b>Total</b>	46.769	
<b>Taxa de Encargos Correntes</b>	2,02%	

(1) Média Relativa ao período de referência

\* O valor inclui o imposto de selo à taxa em vigor no período em referência.

O relatório anual do organismo de investimento coletivo relativo a cada exercício incluirá informações detalhadas sobre os encargos exatos cobrados. O valor poderá variar de ano para ano. Este valor inclui o imposto de selo sobre as comissões de gestão e depósito à taxa em vigor no período em referência e exclui, nomeadamente:

- Comissão de gestão variável;
- Custos de transação, exceto no caso de encargos de subscrição/resgate cobrados ao FUNDO aquando da subscrição/resgate de unidades de participação de outro fundo.

#### EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 45-54

<b>Custos Imputados ao FUNDO em 2022</b>	<b>Valor (Eur)</b>	<b>%VLGF (1)</b>
<b>Comissão de Gestão*</b>	43.829	1,20%
<b>Comissão de Depósito*</b>	5.717	0,16%
<b>Taxa de Supervisão</b>	1.200	0,03%
<b>Custos de Auditoria</b>	2.460	0,07%
<b>Encargos outros OIC</b>	14.391	0,39%
<b>Outros encargos correntes</b>	836	0,02%
<b>Total</b>	68.433	
<b>Taxa de Encargos Correntes</b>	1,87%	

(1) Média Relativa ao período de referência

\* O valor inclui o imposto de selo à taxa em vigor no período em referência.

O relatório anual do organismo de investimento coletivo relativo a cada exercício incluirá informações detalhadas sobre os encargos exatos cobrados. O valor poderá variar de ano para ano. Este valor inclui o imposto de selo sobre as comissões de gestão e depósito à taxa em vigor no período em referência e exclui, nomeadamente:

- Comissão de gestão variável;
- Custos de transação, exceto no caso de encargos de subscrição/resgate cobrados ao FUNDO aquando da subscrição/resgate de unidades de participação de outro fundo.



**EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida +55**

<b>Custos Imputados ao FUNDO em 2022</b>	<b>Valor (Eur)</b>	<b>%VLGF (1)</b>
<b>Comissão de Gestão*</b>	79.886	1,04%
<b>Comissão de Depósito*</b>	11.983	0,16%
<b>Taxa de Supervisão</b>	1.202	0,02%
<b>Custos de Auditoria</b>	2.460	0,03%
<b>Encargos outros OIC</b>	29.831	0,39%
<b>Outros encargos correntes</b>	840	0,01%
<b>Total</b>	126.203	
<b>Taxa de Encargos Correntes</b>		1,64%

(1) Média Relativa ao período de referência

\* O valor inclui o imposto de selo à taxa em vigor no período em referência.

O relatório anual do organismo de investimento coletivo relativo a cada exercício incluirá informações detalhadas sobre os encargos exatos cobrados. O valor poderá variar de ano para ano. Este valor inclui o imposto de selo sobre as comissões de gestão e depósito à taxa em vigor no período em referência e exclui, nomeadamente:

- Comissão de gestão variável;
- Custos de transação, exceto no caso de encargos de subscrição/resgate cobrados ao FUNDO aquando da subscrição/resgate de unidades de participação de outro fundo.

**6. Tabela de custos atual**

Os subfundos suportarão as comissões e encargos constantes das seguintes tabelas:

**EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida -34**

<b>Custos imputáveis diretamente ao subfundo</b>	
<b>Comissão de Gestão Fixa(*) (**)</b>	1,45%/ano
<b>Comissão de Depósito (*)</b>	0,15%/ano
<b>Taxa de Supervisão</b>	0,012‰/mês

\* Às comissões de gestão e de depósito acresce Imposto de Selo à taxa em vigor.

\*\* A comissão de gestão será parcialmente destinada a remunerar os serviços prestados pela entidade comercializadora, sendo o valor indicado repartido entre a entidade responsável pela gestão e a entidade comercializadora, de acordo com o previsto no ponto 12 do presente capítulo.

<b>Custos imputáveis diretamente ao participante</b>	
<b>Comissão de Subscrição</b>	0%
<b>Comissão de Reembolso</b>	0%
<b>Comissão de Transferência</b>	0%

**EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 35-44**

<b>Custos imputáveis diretamente ao subfundo</b>	
<b>Comissão de Gestão Fixa (*) (**)</b>	1,25%/ano
<b>Comissão de Depósito (*)</b>	0,15%/ano
<b>Taxa de Supervisão</b>	0,012‰/mês

\* Às comissões de gestão e de depósito acresce Imposto de Selo à taxa em vigor.

\*\* A comissão de gestão será parcialmente destinada a remunerar os serviços prestados pela entidade comercializadora, sendo o valor indicado repartido entre a entidade responsável pela gestão e a entidade comercializadora, de acordo com o previsto no ponto 13 do presente capítulo.

Custos imputáveis diretamente ao participante	
Comissão de Subscrição	0%
Comissão de Reembolso	0%
Comissão de Transferência	0%

## EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 45-54

Custos imputáveis diretamente ao subfundo	
Comissão de Gestão Fixa (*) (**)	1,15%/ano
Comissão de Depósito (*)	0,15%/ano
Taxa de Supervisão	0,012‰/mês

\* Às comissões de gestão e de depósito acresce Imposto de Selo à taxa em vigor.

\*\* A comissão de gestão será parcialmente destinada a remunerar os serviços prestados pela entidade comercializadora, sendo o valor indicado repartido entre a entidade responsável pela gestão e a entidade comercializadora, de acordo com o previsto no ponto 12 do presente capítulo.

Custos imputáveis diretamente ao participante	
Comissão de Subscrição	0%
Comissão de Reembolso	0%
Comissão de Transferência	0%

## EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida +55

Custos imputáveis diretamente ao subfundo	
Comissão de Gestão Fixa (*) (**)	1,00%/ano
Comissão de Depósito (*)	0,15%/ano
Taxa de Supervisão	0,012‰/mês

\* Às comissões de gestão e de depósito acresce Imposto de Selo à taxa em vigor.

\*\* A comissão de gestão será parcialmente destinada a remunerar os serviços prestados pela entidade comercializadora, sendo o valor indicado repartido entre a entidade responsável pela gestão e a entidade comercializadora, de acordo com o previsto no ponto 12 do presente capítulo.

Custos imputáveis diretamente ao participante	
Comissão de Subscrição	0%
Comissão de Reembolso	0%
Comissão de Transferência	0%

## 7. Comissões e encargos a suportar pelos subfundos

### a) Comissão de gestão

Sem prejuízo de outros direitos que lhe sejam atribuídos pela lei ou por este Prospeto, a entidade responsável pela gestão tem direito a cobrar uma Comissão de Gestão constantes das tabelas supra, cobrada trimestral e postecipadamente, calculada diariamente sobre o valor líquido global do subfundo antes de comissões, a suportar pelo subfundo e destinada a cobrir todas as despesas de gestão. À comissão de gestão acresce Imposto de Selo à taxa em vigor.

Entende-se por valor líquido global do subfundo antes de comissões, o total das aplicações, mais os juros a receber, mais outros ativos e menos os empréstimos, os juros a pagar, as provisões para encargos e outros passivos.

A Comissão de gestão será parcialmente destinada a remunerar os serviços prestados pela entidade comercializadora, sendo essa comissão repartida da seguinte forma entre a entidade responsável pela gestão e a entidade comercializadora:

- um montante equivalente a 50% da Comissão de Gestão do FUNDO, vigente a cada momento, será destinado a remunerar os serviços prestados pelo Banco BIC Português;  
Cada subfundo encontrou-se isento da comissão de gestão até 31 de março de 2019 ou até que tenha observado um valor global de 750 mil euros.

Após essa data foram aplicadas as seguintes reduções à comissão de gestão de cada subfundo:

- EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida -34: A partir de 01 de abril, o subfundo EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida -34 manteve a isenção da comissão de gestão até ser observada uma das seguintes condições, nomeadamente, ter um valor global de 750 mil euros ou até 31 de dezembro de 2019.
- EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 35-44: A partir de 01 de abril, o subfundo EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 35-44 reduziu a comissão para 0,625% ao ano, até ser observada uma das seguintes condições, nomeadamente, ter um valor global de 1 milhão de euros ou até 31 de dezembro de 2019.
- EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 45-54: Entre 01 de abril e 30 de junho de 2019 a comissão de gestão do subfundo EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 45-54 foi reduzida para 0,575% ao ano.

#### **b) Comissão de depósito**

Sem prejuízo de outros direitos que lhe sejam atribuídos pela lei ou por este Prospeto, o depositário tem direito a cobrar de cada subfundo pelos seus serviços, uma comissão, cobrada trimestral e postecipadamente, de 0,15% ao ano, calculada diariamente sobre o valor líquido global do subfundo antes de comissões. À comissão de depósito acresce Imposto de Selo à taxa em vigor.

Cada subfundo encontrou-se isento da comissão de depósito até 31 de março de 2019 ou até que tenha observado um valor global de 750 mil euros.

Após essa data foram aplicadas as seguintes reduções à comissão de depósito de cada subfundo:

- EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida -34: A partir de 01 de abril, o subfundo EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida -34 manteve a isenção da comissão de depósito até ser observada uma das seguintes condições, nomeadamente, ter um valor global de 750 mil euros ou até 31 de dezembro de 2019.
- EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 35-44: A partir de 01 de abril, o subfundo EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 35-44 reduziu a comissão para 0,075% ao ano, até ser observada uma das seguintes condições, nomeadamente, ter um valor global de 1 milhão de euros ou até 31 de dezembro de 2019.
- EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 45-54: Entre 01 de abril e 30 de junho de 2019 a comissão de depósito do subfundo EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 45-54 foi reduzida para 0,075% ao ano.

#### **c) Outros encargos**

Para além dos encargos de gestão e de depósito, o FUNDO suportará ainda todas as despesas decorrentes da compra e venda de títulos, aquisição, resgate ou transferência de unidades de participação de outros OIC, comissões de gestão cobradas por outros OIC participados, comissões de manutenção de contas bancárias e outros custos e comissões bancárias, incluindo custos pela emissão de declaração de saldos para entrega aos auditores.

O FUNDO poderá ainda incorrer noutras despesas e encargos, desde que devidamente documentadas, que decorram do cumprimento de obrigações legais, como por exemplo os custos de emissão e renovação dos códigos LEI ou outros encargos legais e fiscais ou despesas relacionadas com a utilização de instrumentos financeiros a prazo.

Constituirão igualmente encargos do FUNDO a taxa mensal de supervisão de 0,012‰ a pagar à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários bem como a taxa de majoração, e os custos de auditoria obrigatórios. A remuneração da entidade subcontratada será paga pela entidade responsável pela gestão, não sendo imputada nem ao FUNDO nem aos participantes.

Caso a IMGA recorra a estudos de investimento (“research”) para a gestão do Fundo, os mesmos serão suportados pela entidade gestora.

## 8. Política de distribuição de rendimentos

Por se tratar de Fundos de capitalização, não haverá lugar à distribuição dos rendimentos provenientes dos proveitos líquidos das suas aplicações.

### Capítulo III

#### Unidades de Participação e Condições de Subscrição, Transferência e Reembolso

## 1. Características gerais das unidades de participação

### 1.1. Definição

O património de cada subfundo é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores.

### 1.2. Forma de representação

As unidades de participação são nominativas e adotam a forma escritural. Para efeitos de movimentação, as unidades de participação são fracionadas até à quarta casa decimal.

## 2. Valor da unidade de participação

### 2.1. Valor inicial

Para efeitos de constituição de cada subfundo, o valor da unidade de participação foi de € 5.

### 2.2. Valor para efeitos de subscrição

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

### 2.3. Valor para efeitos de reembolso

O valor da unidade de participação para efeitos de reembolso é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

## 3. Condições de subscrição e de reembolso

### 3.1. Períodos de subscrição e reembolso

As Subscrições e resgates dos subfundos através dos canais de comercialização do EuroBic terão de ser efetuados até às 16.00 horas para efeitos do processamento da operação nesse dia. Todos os pedidos que derem entrada depois das horas indicadas serão considerados como efetuados no dia útil seguinte a esse pedido.

### 3.2. Subscrições e reembolsos em espécie ou numerário

As subscrições e reembolsos são sempre efetuados em numerário.

## 4. Condições de subscrição

### 4.1. Mínimos de subscrição

A qualidade de Participante pode adquirir-se através de aplicação inicial única com o montante mínimo de 100 Euros, não havendo limites nas subscrições subsequentes, ou através da constituição de um Plano de Investimento, correspondente a uma ordem mensal permanente de subscrição de um montante fixo com valor mínimo de 25 Euros.

A subscrição inicial será efetuada no PPR correspondente ao seu ciclo de vida, ie, no PPR identificado com o seu ciclo etário.

Na opção de Plano de Investimento, no ano de calendário em que o participante celebra o aniversário correspondente ao ciclo etário de um novo EuroBic PPR Ciclo de Vida, no mês em que celebra o aniversário, a ordem mensal de subscrição será efetuada no PPR do ciclo de vida correspondente.

O cancelamento de um Plano de Investimento implica a suspensão das subscrições planeadas no PPR correspondente ao seu ciclo de vida, bem como às subscrições dos PPR correspondentes aos ciclos de vida subsequentes.

### 4.2. Comissões de subscrição

Não será cobrada qualquer comissão de subscrição.

#### 4.3. Data de subscrição efetiva

- a) O valor da subscrição será debitado em conta junto da entidade comercializadora, no primeiro dia útil seguinte àquele em que é apresentado o pedido de subscrição.
- b) Para efeitos de subscrição através do Plano de Investimento, o valor de emissão de cada unidade de participação será efetuado da seguinte forma:
  - i. A base de cálculo e a subscrição efetiva será no dia acordado com cada participante para a respetiva subscrição;
  - ii. A alteração do montante ou o cancelamento do Plano podem ser solicitados pelo Cliente a qualquer momento, produzindo efeitos imediatos. O cancelamento de um Plano de Investimento implica a suspensão das subscrições planeadas no PPR correspondente ao seu ciclo de vida, bem como às subscrições dos PPR correspondentes aos ciclos de vida subsequentes.

### 5. Condições de reembolso

#### 5.1. Comissões de reembolso

- a) Não será cobrada qualquer comissão de reembolso.
- b) Os participantes só poderão exigir o reembolso do valor capitalizado das unidades de participação nos seguintes casos:
  - i. Reforma por velhice do Participante ou do cônjuge quando, por força do Regime de Bens do Casal, o PPR seja um bem comum do casal, para as entregas relativamente às quais já tenham decorrido pelo menos 5 anos após as respetivas datas de aplicação pelo Participante;
  - ii. Desemprego de longa duração (superior a 12 meses) do Participante ou de qualquer dos membros do Agregado Familiar;
  - iii. Incapacidade Permanente para o trabalho, qualquer que seja a sua causa, do Participante ou de qualquer dos membros do Agregado Familiar;
  - iv. Doença Grave do Participante ou de qualquer dos membros do Agregado Familiar;
  - v. A partir dos 60 anos de idade, do Participante ou do cônjuge quando, por força do Regime de Bens do Casal, o PPR seja um bem comum do casal, para as entregas relativamente às quais já tenham decorrido pelo menos 5 anos após as respetivas datas de aplicação pelo Participante;
  - vi. Utilização para pagamento de prestações de contratos de crédito garantidos por hipoteca sobre imóvel destinado à habitação própria e permanente do Participante.
- c) Porém, decorrido que seja o prazo de 5 anos após a data da 1ª entrega, o participante pode exigir o reembolso da totalidade do valor do PPR ao abrigo da alínea a), subalíneas i., v. e vi., desde que o montante das entregas efetuadas na primeira metade da vigência do plano represente, pelo menos, 35% da totalidade das entregas.
- d) O reembolso fundamentado nas situações descritas na alínea a), subalíneas ii., iii. e iv., ficará sujeito às condições delineadas para as restantes alíneas, nos casos em que o sujeito em cujas condições pessoais se funde o pedido de reembolso se encontrasse, à data de cada entrega, numa dessas situações.
- e) Fora das situações previstas nas alíneas anteriores, o reembolso do valor do PPR pode ser exigido a qualquer tempo, nos termos contratualmente estabelecidos e com as consequências previstas nos nºs 4 e 5 do artigo 21º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.
- f) Por morte do participante, o reembolso pode ser exigido pelo cônjuge sobrevivente ou demais herdeiros legítimos, independentemente do Regime de Bens do Casal, salvo quando solução diversa resultar de testamento ou cláusula beneficiária a favor de terceiro e sem prejuízo da instabilidade da legítima.
- g) Por morte do cônjuge do participante e quando, por força do Regime de Bens do Casal o plano seja um bem comum, o reembolso da quota-parte do falecido no valor do plano, pode ser exigido pelo cônjuge sobrevivente ou demais herdeiros.
- h) Ao reembolso relativo a entregas efetuadas até 31 de Dezembro de 2005, deverá ser acrescida à alínea a) a finalidade de educação nomeadamente a frequência ou ingresso do participante ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar em curso do ensino profissional ou do ensino superior, sujeito aos limites anuais por educando, fixados em Portaria conjunta dos Ministérios das Finanças, da Educação e da Ciência, e do Ensino Superior, para as entregas relativamente às quais já tenham decorrido pelo menos 5 anos após as respetivas datas de aplicação pelo Participante.
- i) O valor de cada Unidade de Participação para efeitos de cálculo do reembolso nas operações de reembolso será o valor do dia útil seguinte ao do pedido, pelo que o pedido é feito a preço desconhecido.

- j) O reembolso de subfundos através de qualquer canal de comercialização, terá de ser efetuada até às 16:00 horas de Portugal Continental para efeitos do processamento do registo da operação nesse dia. Todos os pedidos de reembolso que derem entrada depois dessa hora serão considerados como efetuados no dia útil seguinte a esse pedido.
- k) Os pedidos de reembolso, efetuados através de canais remotos, por exigirem a entrega dos comprovativos, só serão considerados após serem apresentados pelo participante todos os documentos necessários à verificação das situações para efeitos de reembolso.
- l) A seleção das unidades de participação objeto de reembolso em função da antiguidade de subscrição utiliza como critério valorimétrico o FIFO. Perante este critério, as primeiras UP subscritas serão as primeiras UP a serem reembolsadas, pelo que, no momento do reembolso, serão consideradas em primeiro lugar, respetivamente, as UP, que pela sua antiguidade já não estão sujeitas a qualquer comissão de reembolso. Em seguida, aquelas cuja comissão é menor e assim sucessivamente, defendendo desta forma o interesse do participante.
- m) Para efeitos de reembolso, o valor de cada unidade de participação será o valor do dia útil seguinte ao do pedido após dedução da comissão de reembolso, pelo que o pedido é feito a preço desconhecido.
- n) Nos Planos de Investimento para efeitos de comissão de reembolso cada investimento mensal será contabilizado como investimento individual, sendo que será cobrada comissão sobre o valor das unidades de participação que tiverem sido subscritas dentro do lapso de tempo previsto para aplicação da comissão de reembolso.
- o) O eventual aumento das comissões de reembolso ou o agravamento das condições de cálculo das mesmas só se aplica às subscrições realizadas após a data da entrada em vigor dessas alterações.

## 5.2. Pré-aviso

A liquidação do pedido de reembolso será efetuada pelo montante que corresponder ao valor calculado na primeira avaliação subsequente ao pedido e o pagamento, por crédito em conta ao participante, será realizado até 4 dias úteis após a data do pedido (este prazo já inclui o dia de crédito em conta para operações com esta natureza). Para este efeito, considera-se como data do pedido, aquela em que todos os documentos necessários à instrução do processo e entregues pelo participante se encontrem em conformidade, o que será verificado no prazo de 2 dias úteis após a sua entrega.

## 5.3. Transferência entre os subfundos

A transferência total ou parcial entre os subfundos que compõem o EuroBic PPR Ciclo de Vida será efetuada a pedido do participante, sendo que o resgate se efetuará de acordo com os prazos previstos no ponto 5.2 e a subscrição na data de disponibilização dos valores líquidos resgatados.

O montante mínimo de transferência entre os Subfundos será o correspondente ao montante mínimo de subscrição num só Subfundo.

A subscrição resultante da transferência será arredondada por defeito e a diferença obtida será creditada em conta associada ao participante junto do banco depositário.

## 5.4. Condições de transferência para fundos fora do Fundo EuroBic PPR Ciclo de Vida

O valor capitalizado das unidades de participação nos Subfundos pode, a pedido do participante e nos termos da lei, ser transferido, total ou parcialmente, para outro Fundo de Poupança Reforma.

## 6. Suspensão das operações de subscrição e de reembolso das unidades de participação

A suspensão de operações de subscrição e de reembolso rege-se pela lei e em especial pelas disposições seguintes:

- a) Esgotados os meios líquidos detidos pelos subfundos e o recurso ao endividamento, nos termos legal e regulamentares estabelecidos, quando os pedidos de reembolso de unidades de participação excederem num período não superior a cinco dias, em 10% do valor global dos subfundos, a entidade responsável pela gestão poderá mandar suspender as operações de reembolso;
- b) A suspensão do reembolso pelo motivo previsto na alínea a) não determina a suspensão simultânea da subscrição, podendo esta apenas efetuar-se após obtenção de declaração escrita do participante de que tomou prévio conhecimento da suspensão do reembolso;

- c) Obtido o acordo do depositário, a entidade responsável pela gestão pode ainda suspender as operações de subscrição ou de reembolso de unidades de participação estando em causa outras circunstâncias excecionais.
- d) A decisão tomada ao abrigo do disposto nas alíneas a) e c) é comunicada imediatamente à CMVM, indicando:
  - i. As circunstâncias excecionais em causa;
  - ii. Em que medida o interesse dos participantes a justifica; e
  - iii. A duração prevista para a suspensão e a fundamentação da mesma.
- e) Verificada a suspensão nos termos das alíneas anteriores, a entidade responsável pela gestão divulga de imediato um aviso, em todos os locais e meios utilizados para a comercialização e divulgação do valor das unidades de participação, indicando os motivos da suspensão e a sua duração;
- f) A CMVM pode determinar, nos dois dias seguintes à receção da comunicação referida na alínea d), o prazo aplicável à suspensão caso discorde da decisão da entidade responsável pela gestão.
- g) Sem prejuízo do disposto na alínea seguinte, a suspensão da subscrição ou do reembolso não abrange os pedidos que tenham sido apresentados até ao fim do dia anterior ao da tomada de decisão.
- h) As operações de subscrição ou de reembolso das unidades de participação dos subfundos podem igualmente ser suspensas por decisão da CMVM, no interesse dos participantes ou no interesse público, com efeitos imediatos, aplicando-se a todos os pedidos de subscrição e de reembolso que no momento da notificação da CMVM à entidade responsável pela gestão não tenham sido satisfeitos.
- i) O disposto na alínea e) aplica-se, com as devidas adaptações, à suspensão determinada pela CMVM.

## 7. Admissão à negociação

Não está previsto a admissão à negociação das unidades de participação dos subfundos.

### Capítulo IV

#### Direitos e Obrigações dos participantes

- a) Sem prejuízo de outros direitos que lhes sejam conferidos pela lei ou por este Prospeto, os participantes têm os seguintes direitos:
  - i. Obter gratuitamente, com suficiente antecedência relativamente à subscrição, o documento sucinto com as informações fundamentais destinadas aos Investidores (IFI), qualquer que seja a modalidade de comercialização dos subfundos;
  - ii. Obter, num suporte duradouro ou através de um sítio na Internet, o prospeto e os relatórios e contas anual e semestral, gratuitamente, junto da entidade responsável pela gestão e da entidade comercializadora, qualquer que seja a modalidade de comercialização dos subfundos, que serão facultados, gratuitamente, em papel aos participantes que o requeiram;
  - iii. Subscrever e reembolsar as unidades de participação nos termos da lei e das condições dos documentos constitutivos dos subfundos;
  - iv. Proceder ao reembolso das unidades de participação sem pagar a respetiva comissão até à entrada em vigor das condições, caso se verifique o aumento global das comissões de gestão e de depósito a suportar pelos subfundos ou uma modificação significativa da política de investimentos ou da política de distribuição de rendimentos;
  - v. À inscrição das unidades de participação em conta de registo individualizado, depois de terem pago integralmente o valor de subscrição, no prazo previsto nos documentos constitutivos do organismo de investimento coletivo;
  - vi. Receber o montante correspondente ao valor do reembolso ou do produto de liquidação das unidades de participação;
  - vii. A serem ressarcidos pela entidade responsável pela gestão dos prejuízos sofridos, sem prejuízo do exercício do direito de indemnização que lhe seja reconhecido, nos termos gerais de direito, sempre que:
    - I. Se verifique cumulativamente as seguintes condições, em consequência de erros imputáveis àquela ocorridos no processo de valorização e divulgação do valor da unidade de participação,
      - a diferença entre o valor que deveria ter sido apurado e o valor efetivamente utilizado nas subscrições e reembolsos seja igual ou superior, em termos acumulados, a 0,5%; e
      - o prejuízo sofrido, por participante, seja superior a 5 euros;
    - II. ocorram erros na imputação das operações de subscrição e reembolso ao património dos subfundos, designadamente pelo intempestivo processamento das mesmas.



- viii. O aumento das comissões de reembolso ou de transferência ou o agravamento das suas condições de cálculo só podem ser aplicados em relação às unidades de participação subscritas após a entrada em vigor das respetivas alterações.
- b) Sem prejuízo de outras obrigações que lhes sejam cometidas pela lei, os Participantes com o ato de subscrição mandatam a entidade responsável pela gestão para realizar os atos de administração dos subfundos, aceitando as condições dispostas nos documentos constitutivos de cada subfunido.

## Capítulo V

### Condições de Liquidação dos subfundos

- a) Quando o interesse dos participantes o recomendar, a entidade responsável pela gestão poderá proceder à liquidação e partilha dos subfundos, mediante comunicação à CMVM e individualmente a cada participante e publicação no Sistema de Difusão de Informação da CMVM, contendo a indicação do prazo previsto para a conclusão do processo, além da divulgação em todos os locais e meios utilizados para a comercialização dos subfundos.
- b) A decisão de liquidação determina a imediata suspensão das subscrições e reembolsos dos subfundos.
- c) O prazo de liquidação será de 5 dias úteis, acrescido do prazo normal de reembolso.
- d) Os participantes não poderão exigir a liquidação ou partilha dos subfundos.

## Parte II

### Informação adicional aplicável aos OIC abertos

#### Capítulo I

#### Outras Informações sobre a Entidade Responsável pela Gestão e Outras Entidades

#### 1. Outras informações sobre a entidade responsável pela gestão

##### a) Órgãos Sociais

###### Mesa da Assembleia Geral

*Presidente:* Javier de la Parte Rodriguez

*Secretário:* João Rui Rodrigues Duarte Grilo

###### Conselho de Administração

*Presidente:* Iñigo Trincado Boville

*Vice-presidente:* Emanuel Guilherme Louro da Silva

*Vogais:* Mário Dúlio de Oliveira Negrão

Ana Rita Soares de Oliveira Gomes Viana

João Pedro Guimarães Gonçalves Pereira

###### Conselho Fiscal

*Presidente:* José Pinhão Rodrigues

*Vogais:* Isabel Maria Estima da Costa Lourenço

António Joaquim dos Santos Lindeza

*Vogal (suplente):* Afonso Miguel Pereira de Castro Chito Rodrigues

## Principais funções exercidas pelos membros do Órgão de Administração fora da entidade responsável pela gestão

### **Iñigo Trincado Boville**

Corretaje e Información Monetaria y de Divisas, S.A. (CIMD, S.A.) – Presidente do Conselho de Administração

Corretaje e Información Monetaria y de Divisas, S. V., S.A. (CIMD,S.V., S.A.) – Administrador (não Executivo)

Intermoney Titulización, SGFT, S.A. – Administrador (não executivo)

Intermoney Gestión, S.G.I.I.C., S.A. - Presidente do Conselho de Administração (não executivo)

### **Emanuel Guilherme Louro da Silva**

Intermoney Valores, S.V., S.A. – Vice-Presidente do Conselho de Administração (não executivo)

### **Mário Dúlio de Oliveira Negrão**

Nexponor SICAFI – Vogal do Conselho de Administração (não executivo)

### **Ana Rita Soares de Oliveira Gomes Viana**

Não exerce outras funções

### **João Pedro Guimarães Gonçalves Pereira**

Sócio-Gerente na Attributequation, Lda

## **b) Relações de Grupo com as outras entidades**

Não existem relações de grupo com as restantes entidades que prestam serviço ao FUNDO.

## **c) Outros fundos geridos pela entidade responsável pela gestão**

Para além dos subfundos a que o presente documento constitutivo se refere, a entidade responsável pela gestão gere ainda os outros fundos constantes no Anexo a este Prospeto.

## **d) Contatos para esclarecimento sobre quaisquer dúvidas relativas aos Subfundos**

IMGA

Telefone: +351 211 209 100

E-mail: [imgainfo@imga.pt](mailto:imgainfo@imga.pt) / [imga\\_apoioclientes@imga.pt](mailto:imga_apoioclientes@imga.pt)

Internet: [www.imga.pt](http://www.imga.pt)

## **2. Consultores de investimento**

A entidade responsável pela gestão não recorre a consultores externos para a gestão destes Subfundos.

## **3. Auditor dos subfundos**

As contas dos subfundos são encerradas em 31 de dezembro de cada ano e são legalmente certificadas por Mazars & Associados, S.R.O.C., S.A., com sede na rua Tomás da Fonseca, torre G – 5º, 1600-209 Lisboa, Telefone +351 217 210 180.

## **4. Autoridade de Supervisão dos subfundos**

Os subfundos encontram-se sob a supervisão da CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, Telefone +351 213 177 000.

## **5. Política de Remuneração**

1. A Sociedade conta com um **sólido governo corporativo**, pelo que, na elaboração das várias políticas e práticas retributivas intervêm diversas estruturas internas da Sociedade, em conformidade com os números 4, 5 e 6 seguintes;
2. Adicionalmente, a Sociedade **dispõe de sistemas** que permitem ajustar a retribuição variável, face a possíveis alterações de risco, de maneira a que não se possa alterar de forma material o perfil de risco da IMGA;

3. As **políticas e práticas retributivas** não colocam em perigo a sustentabilidade da Sociedade e do Grupo CIMD;
4. Os princípios gerais da Política de Remunerações são revistos pelo Conselho Fiscal. Ouvido o Comité de Remunerações, o Conselho Fiscal submete à Assembleia Geral uma proposta relativa aos princípios gerais da Política de Remunerações. A implementação e fiscalização dos princípios gerais da Política de Remunerações é também da responsabilidade do Conselho Fiscal;
5. Os princípios gerais da Política de Remunerações a aplicar aos Destinatários é aprovada pela Assembleia Geral;
6. A Política de Remunerações da IMGA obedece aos princípios da **adequação ao mercado, solidariedade, correta gestão dos conflitos de interesse, proporcionalidade, proibição de utilização de mecanismos de cobertura, bem como de observação de riscos em matéria de sustentabilidade/ESG.**

Os detalhes da política de remuneração atualizada encontram-se disponíveis no sítio da Internet [www.imga.pt](http://www.imga.pt), sendo facultada gratuitamente uma cópia em papel aos investidores que o solicitarem.

## Capítulo II Divulgação de Informação

### 1. Valor da unidade de participação

A entidade responsável pela gestão procede à divulgação do valor diário das unidades de participação nas suas instalações, a quem o solicitar, e ainda junto dos balcões da entidade comercializadora.

O valor da unidade de participação dos subfundos será também diariamente divulgado no Sistema de Difusão de Informação da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)).

Esta divulgação será sempre efetuada no dia útil seguinte ao do dia de referência para cálculo do valor da unidade de participação.

### 2. Consulta da carteira

Em harmonia com as normas emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a discriminação dos valores que integram os subfundos, bem como o respetivo valor líquido global e o número de unidades de participação em circulação será publicado trimestralmente através do Sistema de Difusão de Informação da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)) pela entidade responsável pela gestão.

### 3. Documentação

Toda a documentação relativa aos subfundos poderá ser solicitada junto das entidades comercializadoras. Todos os anos a entidade responsável pela gestão publicará um aviso no Sistema de Difusão de Informação da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)), para anunciar que se encontram à disposição dos participantes o Relatório Anual e Semestral dos subfundos e que os mesmos serão enviados sem encargos aos participantes que os requeiram.

### 4. Relatório e contas dos subfundos

Os subfundos encerrarão as suas contas no dia 31 de dezembro de cada ano, sendo no prazo de quatro meses seguintes a essa data publicado no Sistema de Difusão de informação da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)) um aviso informando que o conjunto de documentos integrantes do Relatório e contas dos subfundos se encontram à disposição do público em todos os locais de comercialização.

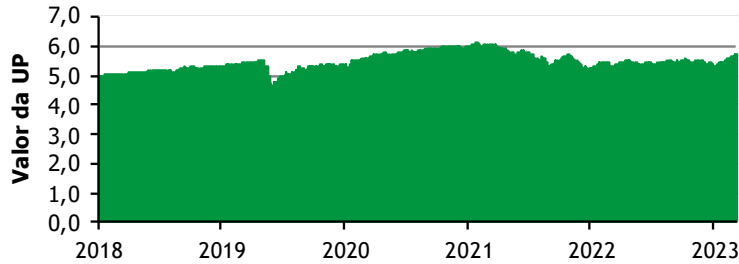
As contas semestrais serão encerradas a 30 de junho de cada ano, sendo no prazo de dois meses seguintes a essa data, publicado no Sistema de Difusão de informação da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)) um aviso informando que o conjunto de documentos integrantes do Relatório e contas dos subfundos se encontram à disposição do público em todos os locais de comercialização.

A contabilidade dos subfundos e os documentos de prestação de contas são elaborados de acordo com as normas internacionais de contabilidade geralmente aceites e aplicadas e pelos regulamentos aplicáveis da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

## Capítulo III Evolução Histórica dos Resultados dos subfundos

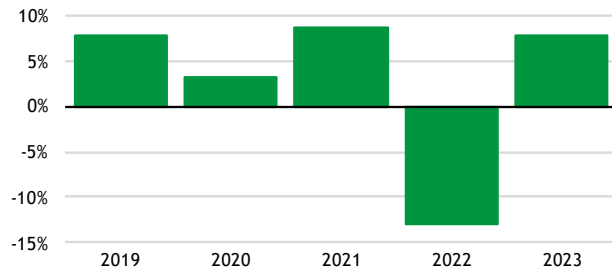
**EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida -34**

**Evolução do valor da U. P. (Desde o início da atividade)**



**Rentabilidade e Risco Históricos (Desde o início da atividade)**

	Rentabilidade	Risco (nível)
2019	7,87%	3
2020	3,28%	5
2021	8,70%	4
2022	-12,99%	4
2023	7,78%	4

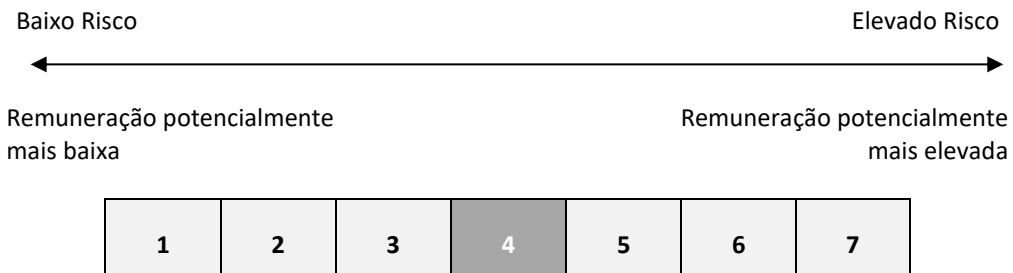


As rentabilidades passadas não são um indicador fiável do desempenho futuro e poderão não se repetir porque o valor dos investimentos tanto poderá subir como descer.

O gráfico apresenta o desempenho anual do fundo em euros para cada ano civil completo, ao longo do período abrangido pelo gráfico. Está expresso como uma variação percentual do valor líquido global do fundo no fim de cada ano. Inclui todos os encargos, exceto os encargos de subscrição e de reembolso.

Os valores divulgados não têm em conta o imposto sobre o rendimento devido pelo participante no momento do reembolso.

**Indicador sintético de risco e remuneração**



O indicador sintético de risco e remuneração obtém-se mediante o cálculo da volatilidade histórica dos últimos cinco anos.

Uma vez que o subfundo não tem histórico, o nível de risco foi calculado considerando *proxys*, ou seja, os índices mais relevantes para o universo de investimento previsto na política de investimento.

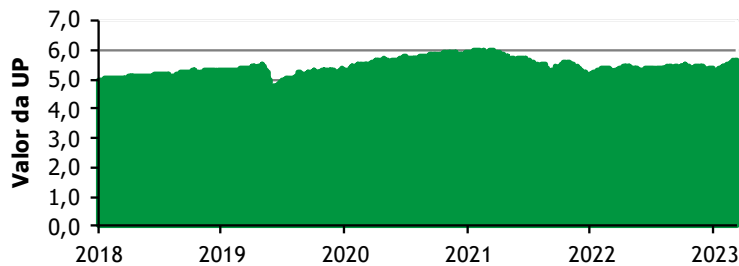
Os dados históricos utilizados para o cálculo podem não constituir uma indicação fiável do futuro perfil de risco do subfundo.

A categoria de risco indicada não é garantida e pode variar ao longo do tempo. A categoria mais baixa não significa que o investimento esteja isento de risco.

A classificação do subfundo reflete o facto de estar investido em múltiplas classes de ativos, podendo o seu património ser composto direta ou indiretamente e até ao máximo de 55% por ações pelo que não oferece uma remuneração fixa ou garantida, estando o investidor exposto a diversos riscos, que poderão implicar um risco de perda de capital, isto é, pode não recuperar a totalidade do seu investimento.

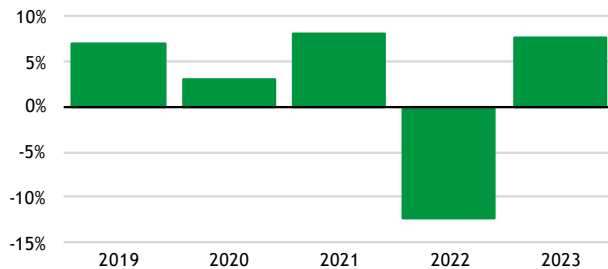
### EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 35-44

**Evolução do valor da U. P. (Desde o início da atividade)**



**Rentabilidade e Risco Históricos (Desde o início da atividade)**

	Rentabilidade	Risco (nível)
2019	6,98%	3
2020	3,06%	5
2021	7,95%	4
2022	-12,35%	4
2023	7,61%	4



As rentabilidades passadas não são um indicador fiável do desempenho futuro e poderão não se repetir porque o valor dos investimentos tanto poderá subir como descer.

O gráfico apresenta o desempenho anual do fundo em euros para cada ano civil completo, ao longo do período abrangido pelo gráfico. Está expresso como uma variação percentual do valor líquido global do fundo no fim de cada ano. Inclui todos os encargos, exceto os encargos de subscrição e de reembolso.

Os valores divulgados não têm em conta o imposto sobre o rendimento devido pelo participante no momento do reembolso.

### Indicador sintético de risco e remuneração



1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

O indicador sintético de risco e remuneração obtém-se mediante o cálculo da volatilidade histórica dos últimos cinco anos.

Uma vez que o subfundo não tem histórico, o nível de risco foi calculado considerando *proxys*, ou seja, os índices mais relevantes para o universo de investimento previsto na política de investimento.

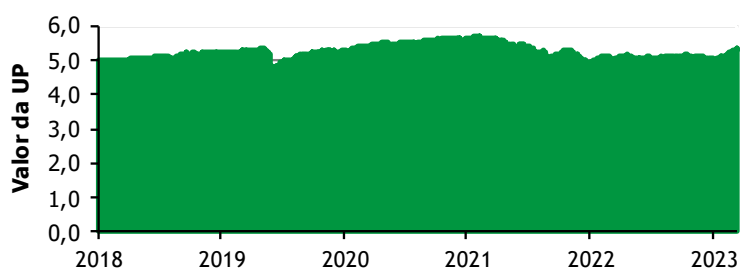
Os dados históricos utilizados para o cálculo podem não constituir uma indicação fiável do futuro perfil de risco do subfundo.

A categoria de risco indicada não é garantida e pode variar ao longo do tempo. A categoria mais baixa não significa que o investimento esteja isento de risco.

A classificação do subfundo reflete o facto de estar investido em múltiplas classes de ativos, podendo o seu património ser composto direta ou indiretamente e até ao máximo de 45% por ações pelo que não oferece uma remuneração fixa ou garantida, estando o investidor exposto a diversos riscos, que poderão implicar um risco de perda de capital, isto é, pode não recuperar a totalidade do seu investimento.

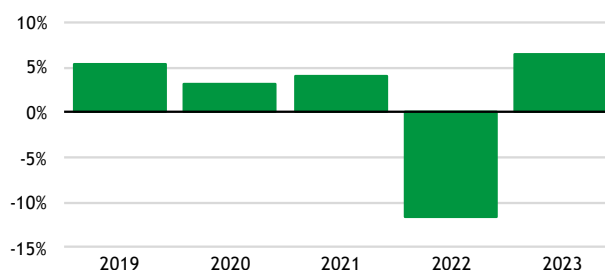
#### EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 45-54

##### Evolução do valor da U. P. (Desde o início da atividade)



##### Rentabilidade e Risco Históricos (Desde o início da atividade)

	Rentabilidade	Risco (nível)
2019	5,28%	3
2020	3,23%	5
2021	4,06%	3
2022	-11,71%	4
2023	6,49%	3

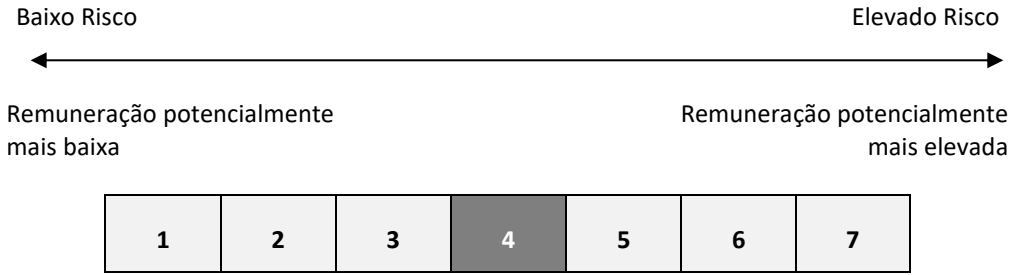


As rentabilidades passadas não são um indicador fiável do desempenho futuro e poderão não se repetir porque o valor dos investimentos tanto poderá subir como descer.

O gráfico apresenta o desempenho anual do fundo em euros para cada ano civil completo, ao longo do período abrangido pelo gráfico. Está expresso como uma variação percentual do valor líquido global do fundo no fim de cada ano. Inclui todos os encargos, exceto os encargos de subscrição e de reembolso.

Os valores divulgados não têm em conta o imposto sobre o rendimento devido pelo participante no momento do reembolso.

**Indicador sintético de risco e remuneração**



O indicador sintético de risco e remuneração obtém-se mediante o cálculo da volatilidade histórica dos últimos cinco anos.

Uma vez que o subfundo não tem histórico, o nível de risco foi calculado considerando *proxys*, ou seja, os índices mais relevantes para o universo de investimento previsto na política de investimento.

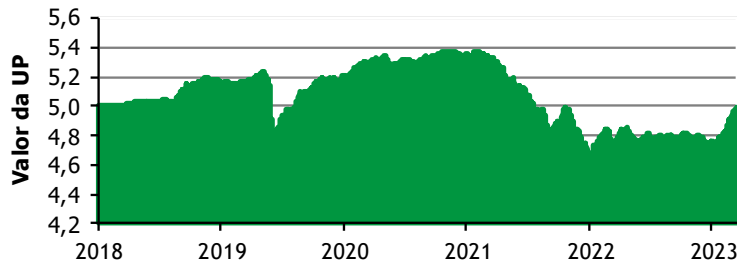
Os dados históricos utilizados para o cálculo podem não constituir uma indicação fiável do futuro perfil de risco do subfundo.

A categoria de risco indicada não é garantida e pode variar ao longo do tempo. A categoria mais baixa não significa que o investimento esteja isento de risco.

A classificação do subfundo reflete o facto de, não obstante estar investido em múltiplas classes de ativos o seu património é composto, direta ou indiretamente, maioritariamente por obrigações pelo que não oferece uma remuneração fixa ou garantida, estando o investidor exposto a diversos riscos, que poderão implicar um risco de perda de capital, isto é, pode não recuperar a totalidade do seu investimento.

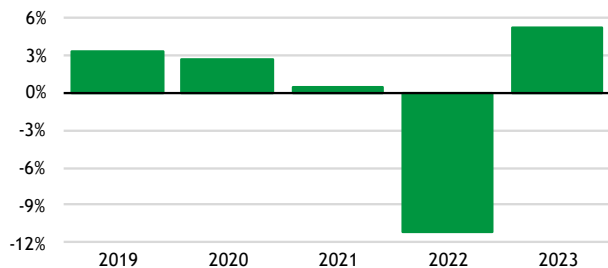
**EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida +55**

**Evolução do valor da U. P. (Desde o início da atividade)**



**Rentabilidade e Risco Históricos (Desde o início da atividade)**

	Rentabilidade	Risco (nível)
2019	3,25%	2
2020	2,65%	4
2021	0,40%	3
2022	-11,15%	4
2023	5,17%	3



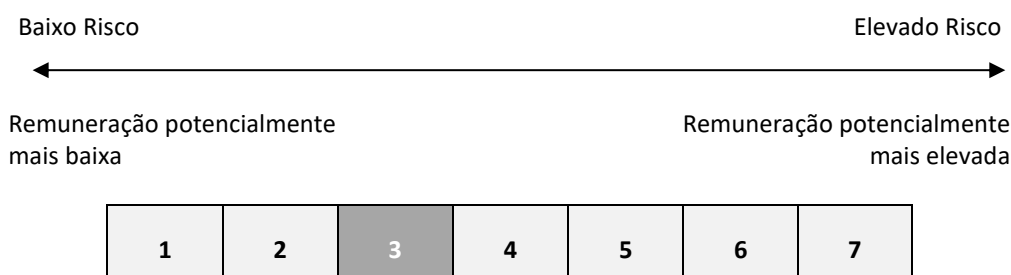


As rentabilidades passadas não são um indicador fiável do desempenho futuro e poderão não se repetir porque o valor dos investimentos tanto poderá subir como descer.

O gráfico apresenta o desempenho anual do fundo em euros para cada ano civil completo, ao longo do período abrangido pelo gráfico. Está expresso como uma variação percentual do valor líquido global do fundo no fim de cada ano. Inclui todos os encargos, exceto os encargos de subscrição e de reembolso.

Os valores divulgados não têm em conta o imposto sobre o rendimento devido pelo participante no momento do reembolso.

#### Indicador sintético de risco e remuneração



O indicador sintético de risco e remuneração obtém-se mediante o cálculo da volatilidade histórica dos últimos cinco anos.

Uma vez que o subfundo não tem histórico, o nível de risco foi calculado considerando *proxys*, ou seja, os índices mais relevantes para o universo de investimento previsto na política de investimento.

Os dados históricos utilizados para o cálculo podem não constituir uma indicação fiável do futuro perfil de risco do subfundo.

A categoria de risco indicada não é garantida e pode variar ao longo do tempo. A categoria mais baixa não significa que o investimento esteja isento de risco.

A classificação do subfundo reflete o facto de, não obstante estar investido em múltiplas classes de ativos o seu património é composto, direta ou indiretamente, maioritariamente por obrigações pelo que não oferece uma remuneração fixa ou garantida, estando o investidor exposto a diversos riscos, que poderão implicar um risco de perda de capital, isto é, pode não recuperar a totalidade do seu investimento.

#### Capítulo IV

##### Perfil do Investidor a que se dirigem os Subfundos

Atendendo ao regime legal específico deste tipo de fundos, este investimento, destina-se a investidores que assumam uma perspetiva de valorização das suas poupanças a longo prazo e de acordo com o ciclo de vida em que se enquadra. Os subfundos adequam-se a investidores com alguma tolerância ao risco (liquidez, segurança e estabilidade patrimonial), cujo objetivo é a canalização das poupanças numa perspetiva de longo prazo, ou como complemento de reforma, com período mínimo de 5 anos.

O investimento em cada subfundo é aconselhado para investidores que se enquadrem no respetivo escalão etário identificado em cada subfundo:

**EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida -34** – investidores com idade até 34 anos;

**EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 35-44** – investidores com idade compreendida entre os 35 e os 44 anos;

**EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 45-54** – investidores com idade compreendida entre os 45 e os 54 anos;

**EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida +55** – investidores com idade superior a 55 anos.

## Capítulo V Regime Fiscal

### 1. Tributação na esfera dos subfundos

Os rendimentos obtidos por fundos de poupança reforma que se constituam e operem de acordo com a legislação nacional estão isentos de tributação.

São tributados autonomamente, à taxa de 23%, os lucros distribuídos a fundos de poupança reforma quando as partes sociais a que respeitam os lucros não tenham permanecido na sua titularidade, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da sua colocação à disposição e não venham a ser mantidas durante o tempo necessário para completar o período de um ano.

### 2. Tributação na esfera dos participantes

#### a) Imposto Sobre os Rendimentos

##### Na Subscrição:

É dedutível à coleta de IRS, 20% do valor subscrito no respetivo ano, com o limite máximo de:

- 400 Euros, se o participante tiver idade inferior a 35 anos;
- 350 Euros, se o participante tiver entre os 35 e os 50 anos; e
- 300 Euros, se o participante tiver idade superior a 50 anos.

Deve ser considerada a idade do participante a 1 de janeiro do ano em que a contribuição é efetuada.

A fruição do benefício fica sem efeito, devendo as importâncias deduzidas, majoradas em 10% por cada ano, ou fração, decorrido desde a data em que foi exercido o direito à dedução, ser acrescidas à coleta do IRS do ano da verificação dos factos, se for atribuído qualquer rendimento ou ocorrer o reembolso dos certificados, salvo em caso de morte do subscritor ou quando tenham decorrido pelo menos 5 anos da respetiva entrega e ocorra qualquer uma das situações definidas na lei.

O regime de dedução à coleta é aplicável a planos de poupança reforma/educação constituídos antes de 1 de janeiro de 2006, desde que o respetivo reembolso se efetue, nos termos legais, apenas em casos associados à parte do plano respeitante à reforma.

Não são dedutíveis à coleta de IRS os valores aplicados pelos sujeitos passivos após a data da passagem à reforma.

##### No Reembolso:

As importâncias pagas pelos fundos de poupança reforma, incluindo nos casos de reembolso por morte do participante, estão sujeitas a tributação em IRS nos seguintes termos:

- De acordo com as regras aplicáveis aos rendimentos da categoria H de IRS (pensões), incluindo as relativas a retenções na fonte, quando a sua perceção ocorra sob a forma de prestações regulares e periódicas.

A tributação não incide sobre o capital investido. Se a parte correspondente ao capital não puder ser discriminada, considera-se que corresponde a 85% do valor da renda;

- De acordo com as regras aplicáveis aos rendimentos da categoria E de IRS (de capitais), incluindo as relativas a retenções na fonte, em caso de reembolso total ou parcial. A matéria coletável é constituída por dois quintos do rendimento, sendo a tributação autónoma, à taxa de 20%, o que significa uma taxa efetiva de 8%.

Se o reembolso ocorrer fora das situações previstas no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2002, de 2 de julho, o rendimento obtido está sujeito a IRS, por retenção na fonte, à taxa autónoma de 21,5%, liberatória salvo opção pelo englobamento. Se o montante das entregas efetuadas na primeira metade da vigência do contrato representar pelo menos 35% da totalidade dos valores aplicados:

- ✓ e o reembolso ocorrer após 8 anos de vigência do contrato, apenas dois quintos do rendimento são tributados, o que corresponde a uma taxa de retenção de 8,6%;
- ✓ e o reembolso ocorrer entre o quinto e o oitavo ano de vigência do contrato, apenas quatro quintos do rendimento são tributados, o que corresponde a uma taxa de retenção de 17,2%.

Para os planos celebrados até 31 de dezembro de 2005, apenas 1/5 do rendimento auferido pelos participantes é tributado autonomamente em IRS à taxa de 20%, o que significa que a taxa final corresponde a 4%.

- De acordo com as regras anteriormente referidas, nos casos em que se verificarem, simultaneamente, as modalidades referidas.

**b) Tributação da transmissão a título gratuito:**

Não são sujeitas a Imposto do Selo as transmissões a título gratuito de participações em fundos de poupança reforma.

Nota: A descrição, acima efetuada, do regime fiscal na esfera dos subfundos e dos seus participantes não dispensa a consulta da legislação em vigor sobre a matéria nem constitui garantia de que tal informação se mantenha inalterada.

**Anexo 1**

**Fundos geridos pela entidade responsável pela gestão em 31 de dezembro de 2023**

Denominação	Tipo	Política de Investimento	VLGF em EUR	Nº Participantes	
<b>CA Monetário</b>			59 658 915	3 553	
IMGA Money Market	(cat A)	Investe em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários.	672 884 880	15 307	
	(cat R)		974 222	14	
	(cat I)		10 825 106	2	
IMGA Money Market USD	(cat A)	Investe em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários. A moeda de referência do Fundo é o dólar americano (USD).	14 268 455	276	
<b>CA Rendimento</b>			117 196 219	6 535	
IMGA Financial Bonds 3Y 2.25% SERIE I	(cat A)	Investe um mínimo de 80% do seu valor líquido global em valores mobiliários representativos de dívida de taxa variável e um máximo de 30% do seu valor líquido global em valores mobiliários de taxa fixa com prazo de vencimento residual superior a 12 meses.	189 553 628	5 984	
	(cat A)		5 247 369	116	
	(cat A)		34 909 886	727	
	(cat A)		13 565 572	300	
IMGA Obrigações Globais Euro 2024 – 1ª Série	(cat A)	Investe um mínimo de 80% do seu valor líquido global em obrigações. Fundo de duração determinada, com data de liquidação a 31 de janeiro de 2026.	148 274 321	3 623	
IMGA Obrigações Globais Euro 2025 – 2ª Série	(cat A)	Investe um mínimo de 80% do seu valor líquido global em obrigações. Fundo de duração determinada, com data de liquidação a 30 de novembro de 2026.	59 975 284	97	
IMGA Ações Portugal	(cat A)	Investe um mínimo de 85% do seu valor líquido global em ações predominantemente de empresas nacionais cotadas na Euronext Lisboa e de alguns países da UE.	2 783 826	290	
IMGA Iberia Equities ESG	(cat A)	Investe um mínimo de 85% do seu valor líquido global em ações predominantemente de empresas cotadas nos mercados regulamentados em Portugal e Espanha ou, se cotadas noutro mercado regulamentado, com gestão ou fontes de receitas relevantes nestes dois	2 702 357	5	
	(cat I)				
IMGA European Equities	(cat A)	Investe um mínimo de 85% do seu valor líquido global em ações de empresas cotadas nos mercados regulamentados da UE, Noruega e Suíça.	3 642 581	3 932	
	(cat R)		3 262	9	
	(cat I)		17 017 084	5	
IMGA Ações América	(cat A)	Investe um mínimo de 85% do seu valor líquido global em ações predominantemente cotadas nos mercados Norte Americano.	36 178 752	2 511	
	(cat R)		9 230	4	
	(cat I)		18 377 572	5	
IMGA Global Equities Selection	(cat A)	Investe um mínimo de 85% do seu valor líquido global em ações predominantemente de empresas cotadas nos mercados regulamentados nos países da UE e OCDE.	25 922 106	1 843	
	(cat R)		6 403	3	
IMGA Poupança PPR/OICVM	(cat A)	Investe maioritariamente em obrigações e um máximo de 35% em ações.	443 638 788	26 539	
IMGA Investimento PPR/OICVM	(cat R)	Investe em obrigações e um máximo de 55% em ações.	39 004	5	
	(cat A)		44 708 268	6 022	
EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida	(cat R)	Fundo constituído pelos seguintes quatro subfundos. Investem essencialmente em obrigações e	17 872	2	
	(cat A)				
	(cat A)		um máximo de 55% em ações.	1 767 633	867
	(cat A)		um máximo de 45% em ações.	2 888 980	1 429
	(cat A)		um máximo de 35% em ações.	4 281 693	1 462
EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida +55	(cat A)	um máximo de 15% em ações.	7 994 218	1 203	
<b>EuroBic Seleção TOP</b>			4 365 354	51	
IMGA Flexível	(cat A)	Investe em pelo menos 70% do seu valor líquido global em unidades de participação de fundos de investimento preferencialmente fundos com objetivos de retorno absoluto.	11 816 237	959	
	(cat R)		917	1	
IMGA Líquidez	(cat A)	Investe exclusivamente em instrumentos financeiros de baixa volatilidade e de curto prazo.	542 069 838	19 331	
	(cat R)		10 214	3	
	(cat I)		13 779 300	4	
<b>CA Curto Prazo</b>			15 942 116	1 003	
IMGA Rendimento Mais	(cat A)	Investe maioritariamente o seu património em obrigações de taxa variável ou fixa, garantidas por créditos, seniores, subordinadas, sem limite de prazo de vencimento, ou outros instrumentos de dívida de natureza equivalente. Não investe em ações ou dinárias ou em valores mobiliários nelas convertíveis.	77 710 189	3 942	
	(cat R)				
IMGA Rendimento Semestral	(cat A)	Investe maioritariamente os seu património em obrigações, emitidas por entidades privadas ou emitidas/garantidas por entidades públicas ou organismos internacionais. Não investe em ações ordinárias.	189 411 271	9 336	
	(cat R)		18 972	3	
IMGA Euro Taxa Variável	(cat A)	Investe maioritariamente em obrigações de taxa variável e no máximo 25% do seu valor líquido global em obrigações de taxa fixa.	227 047 072	16 191	
	(cat R)		453 249	1	
IMGA Dívida Pública Europeia	(cat A)	Investe maioritariamente o seu património, em obrigações, das quais, no mínimo 50% são de taxa fixa.	10 549 565	933	
	(cat R)		1 966	2	
IMGA Iberia Fixed Income ESG	(cat A)	Investe predominantemente os seus ativos em títulos de dívida e instrumentos de mercado monetário de emittentes privados e públicos sediados em Portugal e Espanha.	13 79 289	95	
	(cat R)		953	1	
	(cat I)		2 097 345	4	
IMGA Alocação Defensiva	(cat A)	Investe no máximo 95% obrigações de taxa fixa e 20% em ações.	18 480 581	1 225	
IMGA Alocação Conservadora	(cat A)	Investe no máximo 80% obrigações de taxa fixa e 35% em ações.	779 635 079	29 588	
	(cat R)		942	3	
IMGA Alocação Moderada	(cat A)	Investe no máximo 70% obrigações de taxa fixa e 66% em ações.	197 032 091	8 767	
	(cat R)		970	3	
IMGA Alocação Dinâmica	(cat A)	Investe no máximo 100% em ações e 60% em obrigações de taxa fixa.	76 232 777	4 620	
	(cat R)		4 177	3	
PME FLEX	(cat I)	O Fundo investe maioritariamente em instrumentos de dívida de curto prazo de PME's portuguesas.	76 232 777	1	
<b>Total de Fundos</b>	<b>30</b>		<b>4 140 137 182</b>		

**Anexo 2**

**Divulgação pré-contratual para os produtos financeiros referidos no artigo 8º, nºs 1, 2 e 2-A, do Regulamento (UE) 2019/2088 e no artigo 6.º, primeiro parágrafo, do Regulamento (UE) 2020/852**

**Por “Investimento Sustentável”** entende-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente nenhum objetivo ambiental ou social e qua as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um Sistema de classificação previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que **estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental**. Este regulamento não estabelece uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.



- Nome do Produto: **EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 34**  
Identificador de entidade jurídica (Código LEI): **549300BTIXMJU9TX3161**  
Código do fundo (CMVM): **15380001**
- Nome do Produto: **EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 35-44**  
Identificador de entidade jurídica (Código LEI): **549300OMDA634NO98M45**  
Código do fundo (CMVM): **15380002**
- Nome do Produto: **EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida 45-54**  
Identificador de entidade jurídica (Código LEI): **549300O4NTB6YHS57X34**  
Código do fundo (CMVM): **15380003**
- Nome do Produto: **EuroBic PPR/OICVM Ciclo de Vida + 55**  
Identificador de entidade jurídica (Código LEI): **549300TGELNGWEOTDX80**  
Código do fundo (CMVM): **15380004**

**Características ambientais e/ou sociais**

**Este produto financeiro tem um objetivo de investimento sustentável?**

<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="checkbox"/> <b>Sim</b>	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Não</b>
<input type="checkbox"/> Dedicará no mínimo a <b>investimentos sustentáveis com objetivo ambiental</b> : ____% <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE</li> <li><input type="checkbox"/> em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE</li> </ul> <input type="checkbox"/> Realizará um nível mínimo de <b>investimentos sustentáveis com objetivo social</b> : ____%	<input type="checkbox"/> Promove características ambientais/sociais (A/S) e, embora não tenha como objetivo um investimento sustentável, dedicará uma proporção mínima de 1% a investimentos sustentáveis <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> com um objetivo social</li> </ul> <input type="checkbox"/> Promove características (A/S), mas <b>não realizará quaisquer investimentos sustentáveis</b>

**Que características ambientais e/ou sociais são promovidas por este produto**

A IMGA, na gestão do fundo, tem em conta critérios financeiros e de sustentabilidade de forma a integrar critérios ambientais, sociais e de boa governação nos seus investimentos. Para tal, dedica especial atenção às seguintes características ESG (Ambientais, Sociais e *Governance*):

- i. No âmbito da sustentabilidade ambiental: Procura características que promovam a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, através da análise dos seus investimentos ao nível da gestão, prevenção e controlo da poluição, eficiência na utilização das matérias-primas, nomeadamente dos recursos hídricos e recursos escassos, proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas, e através da forma como cada emitente gere o seu impacto no ecossistema e vida selvagem.
- ii. No âmbito da sustentabilidade social: São tidos em conta fatores como o respeito pelos direitos humanos, com foco nas medidas tomadas para proteger os direitos civis e políticos, bem

como os direitos económicos, sociais e culturais, incluindo trabalho infantil e forçado, e a gestão do capital humano e relações laborais, que inclui a gestão dos riscos relacionados com a escassez de mão de obra qualificada por meio de programas de retenção e recrutamento e programas de formação. Inclui ainda questões como a gestão da liberdade sindical e não discriminação, bem como jornada de trabalho e salário mínimo. São ainda consideradas questões relacionadas com a saúde e segurança no trabalho, nomeadamente a forma como os emitentes gerem os riscos de acidentes de trabalho, ética empresarial, como o cumprimento de práticas anticompetitivas, proteção da propriedade intelectual, práticas contabilísticas e fiscais. Inclui também a gestão dos riscos relacionados com corrupção.

iii. No âmbito da governação: Fomento de boas práticas em termos de composição e estrutura e funcionamento do órgão de administração, incluindo independência dos membros e efetividade de atuação do órgão de fiscalização, experiência e capacidade de liderança do órgão de administração com capacidade demonstrada quanto à representação e prestação de contas aos acionistas, estrutura de remuneração, transparência de informação corporativa e existência de uma estrutura apropriada e transparente para a gestão de questões ESG.

O Fundo adota o compromisso de reforçar a promoção das características ambientais e sociais através do incremento do seu nível de investimento em emitentes ou emissões que detenham uma classificação de Rating ESG mínima, com o objetivo global de uma melhoria do nível do rating ESG do Fundo.

Os critérios ESG no processo de tomada de decisão de investimento, são incorporados conjuntamente com os tradicionais critérios financeiros.

Os indicadores de sustentabilidade medem a forma como são realizadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

● ***Quais são os indicadores de sustentabilidade utilizados para avaliar a concretização de cada uma das características ambientais ou sociais promovidas por este produto financeiro?***

A incorporação de critérios ESG nas decisões de investimento implica duas grandes componentes no processo de investimento:

- Exclusão (*negative screening*) de setores controversos ou empresas que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos, nomeadamente Jogo, Armas controversas, Tabaco e Carvão Térmico;
- Reponderação positiva dos emitentes identificados com baixos riscos materiais de exposição ambiental, governação e sustentabilidade (ESG).

O Fundo procura alcançar uma percentagem mínima em emitentes que cumpram os critérios ESG e rating ESG definidos, sendo os mesmos obtidos através de fornecedores externos independentes, líderes em pesquisa, classificação e análise de ESG e que apoiam os investidores no desenvolvimento e implementação de estratégias de investimento responsável.

O rating reflete o risco ESG não gerido pelos emitentes, com base em indicadores considerados como materiais para cada setor de atividade, de características intrínsecas do próprio emitente e do seu enquadramento em termos ESG dentro do setor em que se insere. Na atribuição da notação de rating ESG a componente *Governance* é um elemento fundamental, sendo vista como um dos riscos mais materiais, transversais a todos os setores de atividade. Práticas de governação incorretas ou inapropriadas poderão prejudicar significativamente a capacidade das empresas emitentes na execução da sua estratégia de negócio, incluindo estratégia ESG.

● ***Quais são os objetivos dos investimentos sustentáveis que o produto financeiro pretende em parte realizar e de que forma o investimento sustentável contribui para esses objetivos?***

O Fundo adota o compromisso de reforçar a promoção das características ambientais e sociais através do incremento do seu nível de investimento em emitente ou emissões que detenham uma classificação de Rating ESG mínima, com o objetivo global de uma melhoria do nível do rating ESG do Fundo.

O Fundo alocará um mínimo de 1% em investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da EU, e também em investimentos socialmente sustentáveis.

A ponderação das diversas dimensões da sustentabilidade é determinada pelo setor de atividade em que cada emitente se insere, dando maior peso aos setores mais relevantes para cada uma das indústrias.

Os principais impactos negativos devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões sociais e laborais, do respeito dos direitos humanos e da luta contra a corrupção e o suborno.

***Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro pretende realizar em parte não prejudicam significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?***

O Fundo monitoriza um conjunto de indicadores, através da informação dos fornecedores de research ESG, que, nas suas metodologias de avaliação, incorporam os objetivos definidos em termos de sustentabilidade quer ambiental como social, sendo reponderados positivamente nas suas decisões de investimento os emitentes identificados com baixos riscos materiais de exposição ambiental, social ou governação, os quais não obteriam uma notação favorável caso algum destes objetivos fosse significativamente prejudicado. São ainda utilizados critérios de exclusão, analisadas as controvérsias a que os emitentes estão expostos e o cumprimento de diretrizes e princípios globais de sustentabilidade, nomeadamente ao nível dos direitos humanos, práticas laborais, proteção do ambiente e combate à corrupção. Nesta medida o fundo pretende realizar investimentos em emitentes considerados sustentáveis e que cumprem os critérios técnicos para evitar danos significativos em termos ambientais ou sociais. Além disso a Sociedade utiliza critérios de exclusão, análise de controvérsias, bem como repondera positivamente nas suas decisões de investimento os emitentes identificados com baixos riscos materiais de exposição ambiental, social ou governação.

***Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?***

Nas análises de investimento é efetuada uma monitorização dos indicadores de impactos negativos, análise esta que já está incorporada nas notações de rating ESG dos fornecedores externos, relativamente a cada setor em que as empresas emitentes se inserem e a fatores intrínsecos ao próprio emitente. O modelo de atribuição de rating, na sua componente quantitativa, considera diversos indicadores de impactos negativos para identificação dos critérios ESG mais relevantes para cada indústria, tais como emissões de gases com efeitos de estufa categorias 1, 2 e 3, consumo de água, etc. A materialidade destes indicadores em cada setor de atividade é determinada com base em research, incluindo informação obtida através do SASB (*Sustainability Accounting Standards Board*) e do PRI (*United Nations – Principles for Responsible Investment*).

Como foi acima referido, a mitigação dos eventuais impactos adversos é ainda feita através da aplicação dos critérios de exclusão bem como pela avaliação e seguimento de possíveis controvérsias das empresas analisadas.



----- **Como são os investimentos sustentáveis alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:**

Apenas são considerados como sustentáveis os investimentos em emitentes que não apresentem situações de incumprimento relativo a qualquer uma das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

A IM Gestão de Ativos é, desde fevereiro de 2021, participante do *United Nations Global Compact*, comprometendo-se a alinhar a sua estratégia de modo a adotar e promover na sua cultura e atividade diária os 10 Princípios do *UN Global Compact* em matéria de direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e combate à corrupção, pelo que são apenas considerados como sustentáveis os investimentos em emitentes em que não tenham sido identificadas situações de *non-compliance* com algum destes princípios.



**Este produto financeiro considera os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?**

Sim, o Fundo tem em consideração os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, integrando na metodologia de rating diversos indicadores ambientais e sociais. A informação sobre os indicadores de sustentabilidade está incluída no anexo integrante na informação periódica do Fundo (Relatório e Contas anual), que será divulgada nos termos do artigo 11º, nº 2 do Regulamento SFDR (Regulamento (EU) 2019/2088).

Não

**Qual a estratégia de investimento seguida por este produto financeiro?**



O Fundo, na sua estratégia de investimento, tem em consideração critérios ambientais, sociais e de governance, que lhe permite a identificação de riscos em matéria de sustentabilidade e que a ocorrerem sejam suscetíveis de ter impacto no valor do investimento.

O Fundo adota o compromisso de reforçar a promoção das características ambientais e sociais através do incremento do seu nível de investimento em emitentes ou emissões que detenham uma classificação de Rating ESG mínima, com o objetivo global de uma melhoria do nível do rating ESG do Fundo, uma classificação positiva ao nível do envolvimento em controvérsias e que não apresentem situações de incumprimento relativamente aos Princípios do *UN Global Compact*, às Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

A incorporação de critérios ESG nas decisões de investimento implica duas grandes componentes no processo de investimento:

- Exclusão (*negative screening*) de setores controversos ou empresas que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos, nomeadamente Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco;
- Reponderação positiva dos emitentes identificados com baixos riscos materiais de exposição ambiental, governação e sustentabilidade (ESG).

Os critérios ESG no processo de tomada de decisão de investimento, são incorporados conjuntamente com os tradicionais critérios financeiros.

A estratégia de investimento orienta as decisões de investimento com base em fatores como os objetivos de investimento e a tolerância ao risco.

● **Quais são os elementos obrigatórios da estratégia de investimento utilizados para selecionar os investimentos a realizar para alcançar cada uma das características ambientais ou sociais promovidas por este produto financeiro?**

Os elementos obrigatórios utilizados para selecionar os investimentos a realizar com o objetivo de promoção de características ambientais e/ou sociais e de governação são os descritos anteriormente, nomeadamente:

- Critérios de exclusão: Onde se excluem do universo de investimento os emitentes que obtenham a maioria das suas receitas nas atividades referidas no ponto anterior;
- Qualificação com Rating mínimo ESG (apenas aplicável a emitentes privados) e não envolvimento em controvérsias consideradas com risco significativo, nomeadamente relacionadas com situações de incumprimento com os Princípios e Diretrizes descritos anteriormente.

Não obstante, podem ainda ser considerados como investimentos que cumprem as características ambientais e/ou sociais promovidas pelo Fundo as emissões de emitentes não qualificados como sustentáveis ou sem notação de rating ESG atribuída desde que estas emissões sejam classificadas como verdes, sociais ou sustentáveis (*sustainable, green e social bonds*).

Relativamente ao investimento em Organismos de Investimento Coletivo (OIC), os mesmos deverão ser maioritariamente constituídos ao abrigo dos artigos 8º ou 9º do Regulamento SFDR (Regulamento (EU) 2019/2088), sendo considerado como sustentável a quota-parte da participação detida no mesmo que seja qualificada como tal.

● **Qual foi o compromisso assumido em termos de taxa mínima para reduzir o âmbito dos investimentos considerados antes da aplicação dessa estratégia de investimento?**

Não está assumido um compromisso de uma taxa mínima de redução dos investimentos considerados antes da aplicação da estratégia de investimento.

● **Que política é implementada para avaliar as práticas de boa governação das empresas beneficiárias do investimento?**

Na atribuição da notação de rating ESG a componente *Governance* é um elemento fundamental, sendo vista como um dos riscos mais materiais, transversais a todos os setores de atividade. Práticas de governação incorretas ou inapropriadas poderão prejudicar significativamente a capacidade das empresas emitentes na execução da sua estratégia de negócio, incluindo estratégia ESG. Assim, são tidos em conta os seguintes fatores:

- Fomento de boas práticas em termos de composição e estrutura e funcionamento do órgão de administração, incluindo independência dos membros e efetividade de atuação do órgão de fiscalização, experiência e capacidade de liderança do órgão de administração com capacidade demonstrada quanto à representação e prestação de contas aos acionistas;
- Estrutura de remuneração;
- Transparência de informação corporativa;
- Existência de uma estrutura apropriada e transparente para a gestão de questões ESG.

As práticas de **boa governação** assentam na solidez das estruturas de gestão, das relações laborais e das práticas de remuneração do pessoal e no cumprimento das obrigações fiscais.



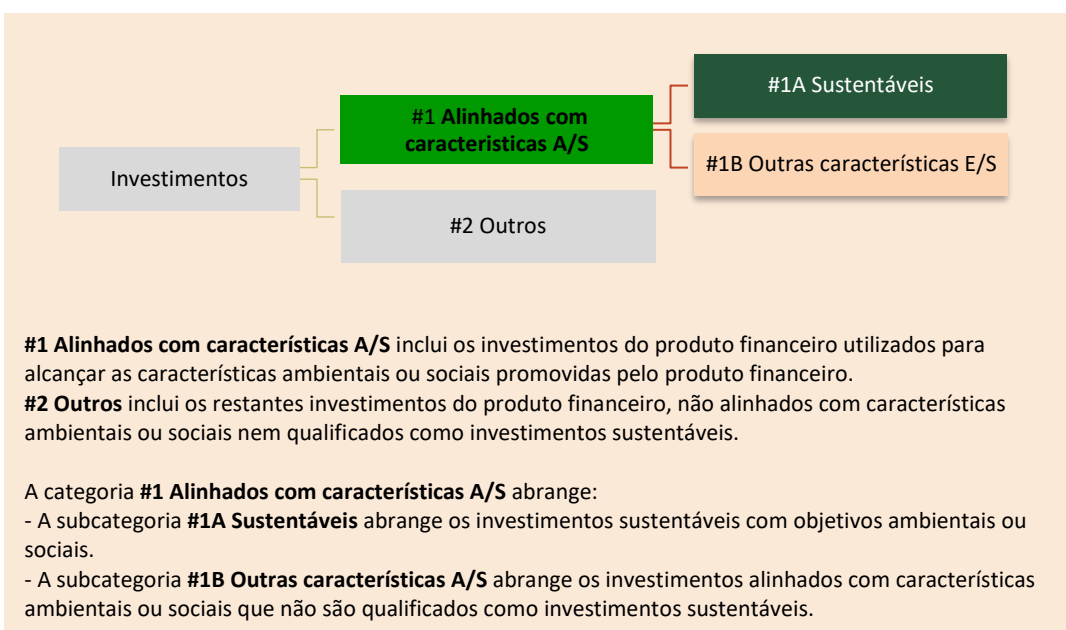
As atividades alinhadas pela taxonomia são expressas em percentagem do seguinte:

- **Volume de negócios**, refletindo a parte das receitas provenientes das atividades ecológicas das sociedades beneficiárias do investimento;
- **Despesas de capital** (CapEx), mostrando os investimentos ecológicos realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, por exemplo, com vista à transição para uma economia verde;
- **Despesas operacionais** (OpEx), refletindo as atividades operacionais ecológicas das empresas beneficiárias do investimento.

### Que alocação de ativos está prevista para este produto financeiro?

O Fundo investirá um mínimo de 10% em emittentes que, no entendimento da sociedade gestora, promovam características ambientais e/ou sociais.

Desse modo um mínimo de 10% do total dos investimentos do Fundo serão investimentos alinhados com características ambientais e/ou sociais, como tal enquadrados na categoria #1, sendo a proporção remanescente enquadrada na categoria #2 "Outros". Um mínimo de 1% serão considerados como "sustentáveis", de acordo com a categoria #1A, não existindo, no entanto, um compromisso inicial mínimo de que os mesmos sejam feitos em atividades que contribuam para um objetivo ambiental (de acordo com a taxonomia da EU) ou social.



### De que forma a utilização de derivativos contribui para alcançar as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro?

As operações com instrumentos financeiros derivativos não alteram as características ambientais ou sociais promovidas pelo Fundo.



Para cumprir a taxonomia da EU, os critérios aplicáveis ao **gás fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias renováveis ou combustíveis hipocarbónicos até ao final de 2023. No que respeita à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão de resíduos.

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outras, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.



São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis as atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental no âmbito da taxonomia da EU.

### Em que medida, no mínimo, estão os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

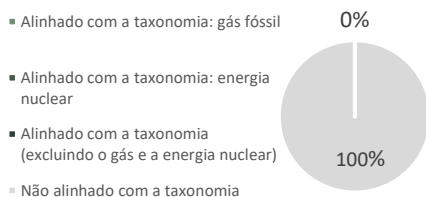
O Fundo não estabeleceu um mínimo para investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da EU.

#### ● O produto financeiro investe em atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear que cumprem a taxonomia da UE<sup>1</sup>?

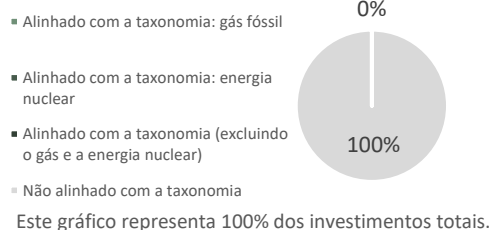
- Sim:
- Gás fóssil       Energia nuclear
- Não

*Os dois gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem mínima de investimentos alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento pela taxonomia das obrigações soberanas\*, o primeiro gráfico mostra o alinhamento com a taxonomia a respeito de todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento pela taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.*

#### 1. Investimentos alinhados com a taxonomia, incluindo as obrigações soberanas\*



#### 2. Investimentos alinhados com a taxonomia, excluindo as obrigações soberanas\*



\* Para efeitos destes gráficos, as «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberana.

#### ● Qual é a percentagem mínima dos investimentos em atividades de transição e capacitantes?

O Fundo não estabeleceu uma percentagem mínima de investimentos em atividades de transição e capacitantes.



#### ● Qual é a percentagem mínima de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não estão alinhados com a taxonomia da UE?

O Fundo não estabeleceu uma percentagem mínima de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da EU.



#### ● Qual é a percentagem mínima de investimentos socialmente sustentáveis?

O Fundo não estabeleceu uma percentagem mínima de investimentos socialmente sustentáveis.

<sup>1</sup> As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da EU se contribuírem para limitar as alterações climáticas ("mitigação das alterações climáticas") e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia EU – ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da EU são definidos no Regulamento Delegado (EU) 2022/1214 da Comissão.



**Que investimentos estão incluídos na categoria «#2 Outros», qual é a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?**

Os investimentos na categoria “#2 Outros” incluem depósitos em instituições financeiras sem notação de rating ESG atribuída ou sem dados disponíveis que permitam a sua qualificação como alinhadas com características A/S , ações e/ou obrigações de emitentes nas mesmas condições e a quota-parte do investimento em Organismos OIC que não cumpram esta qualificação, mantendo os limites estabelecidos na política de investimentos, mas procurando, sempre que possível, que os mesmos integrem riscos em matéria de sustentabilidade e aferindo os principais impactos negativos.

Estes investimentos têm como finalidade a diversificação da carteira de ativos perante a necessidade de informação em matéria ESG ainda não disponível para uma parte muito significativa dos emitentes do universo de investimento em que o Fundo se enquadra, procurando que esta componente seja cada vez menos representativa à medida que esta informação venha a ser disponibilizada para o mercado.



**Foi designado um índice de referenda específico para determinar se este produto financeiro está alinhado com as características ambientais e/ou sociais que promove?**

Não foi designado um índice específico como índice de referência para determinar se o Fundo está alinhado com as características ambientais e/ou sociais que promove.

- ***De que forma é assegurado o alinhamento contínuo do índice de referência com cada uma das características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro?***  
N/A
- ***De que forma é continuamente assegurado o alinhamento da estratégia de investimento com a metodologia do índice?***  
N/A
- ***De que forma o índice de referência designado difere de um índice geral de mercado relevante?***  
N/A
- ***Onde pode ser consultada a metodologia utilizada para o cálculo do índice designado?***  
N/A



**Onde posso obter mais informações específicas sobre o produto na internet?**

É possível obter mais informações específicas sobre o produto no sítio Web:

Informações específicas sobre este Fundo podem ser consultadas em [www.imga.pt](http://www.imga.pt).